

Sabor de Escola

Revista Semestral da Rede Municipal de Educação de Niterói
sabordeescola@educacao.niteroi.rj.gov.br - www.educacao.niteroi.rj.gov.br

Número 1, maio de 2007

ISSN
1808-8953



Cidadania pela

Música



UNIDADES ESCOLARES

ESCOLAS MUNICIPAIS

E.M. ADELINO MAGALHÃES	3603-8246
E.M. ALBERTO FRANCISCO TORRES	2719-6798
E.M. ALTIVO CÉSAR	2694-1480
E.M. ANTÔNIO COUTINHO	3601-4864
E.M. AYRTON SENNA	2719-6812
E.M. PROF. HORÁCIO PACHECO	2718-8814
E.M. DIÓGENES RIBEIRO DE MENDONÇA	2729-4569
E.M. DJALMA COUTINHO	3603-8239
E.M. ERNANI MOREIRA FRANCO	3603-8241
E.M. EULÁLIA DA SILVEIRA BRAGANÇA	2608-3563
E.M. FRANCISCO PORTUGAL NEVES	2619-8161
E.M. GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA	3714-8529
E.M. HELENA ANTIPOFF	3602-4172
E.M. HONORINA DE CARVALHO	3709-9457
E.M. INFANTE DOM HENRIQUE	3714-2775
E.M. JOÃO BRAZIL	3714-8589
E.M. JOSÉ DE ANCHIETA	2618-1535
E.M. LEVI CARNEIRO	2718-3823
E.M. MAESTRO HEITOR VILLA-LOBOS	2719-6813
E.M. MARALEGRE	2709-7747
E.M. MARCOS WALDEMAR DE FREITAS REIS	2717-9793
E.M. MARIA ÂNGELA MOREIRA PINTO	2714-5482
E.M. MESTRA FININHA	3604-6003
E.M. NOSSA SENHORA DA PENHA	2719-6842
E.M. PADRE LEONEL FRANCA	2715-4830
E.M. PAULO DE ALMEIDA CAMPOS	3602-4589
E.M. PAULO FREIRE	2718-5161
E.M. PROFª BOLÍVIA DE LIMA GAÉTHO	3611-8165
E.M. PROFª LUCIA MARIA SILVEIRA ROCHA	2610-2713
E.M. RACHIDE DA GLÓRIA SALIM SACKER	2705-9792
E.M. SANTOS DUMONT	2721-4934
E.M. SEBASTIANA GONÇALVES PINHO	3602-4150
E.M. SÍTIO DO IPÊ	2729-4456
E.M. TIRADENTES	3604-4053
E.M. VÁRZEA DAS MOÇAS	2709-3974
E.M. VERA LÚCIA MACHADO	3701-9776

UNIDADES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

UMEI ALBERTO DE OLIVEIRA	2717-2608
UMEI PROFª DENISE MENDES CARDIA	2721-4582
UMEI ANTÔNIO VIEIRA DA ROCHA	2717-2535
UMEI DR. PAULO CÉSAR PIMENTEL	2705-7200
UMEI GABRIELA MISTRAL	2616-6041
UMEI MARIA LUIZA SAMPAIO	3602-4170
UMEI MARLY SARNEY	2705-9887
UMEI NEUSA BRIZOLA	3706-8390
UMEI OLGA BENÁRIO PRESTES	2705-7196
UMEI PORTUGAL PEQUENO	2719-6905
UMEI PROFª ODETE ROSA DA MOTA	2705-7242
UMEI RENATA MAGALDI	3603-8244
UMEI ROSALINA DE ARAÚJO COSTA	3714-2094
UMEI SANTA BÁRBARA	2705-9901
UMEI PROF. NILO NEVES	2629-3426
UMEI PROF. IRIO MOLINARI	2622-0199
UMEI VICE-PREFEITO LUIZ EDUARDO TRAVASSOS	2618-1532
UMEI SENADOR VASCONCELOS TORRES	2609-7977

CRECHES COMUNITÁRIAS

B.C. NOVA INFÂNCIA	2722-5332
C.C. ALARICO DE SOUZA	3602-6557
C.C. AMIGOS DO JACARÉ	2609-4943
C.C. ANÁLIA FRANCO	2722-5737
C.C. BASÍLIO NEVES	2703-2361
C.C. BETÂNIA	3603-2293
C.C. CAFUBÁ	2709-8113
C.C. CIDADE DOS MENORES	2710-0394
C.C. CLÉLIA ROCHA	2705-7207
C.C. CRIANÇA ESPERANÇA	2704-5432
C.C. CRISTO VIVE	2705-5434
C.C. DOM ORIONE	2610-2418
C.C. ERCÍLIO MARQUES	2718-3101
C.C. EULINA FÉLIX	2718-8810
C.C. FRANCISCO MARIANO B. SILVA	2722-7108
C.C. GERALDO CAVALCANTI ALBUQUERQUE	2621-2080
C.C. INSTITUTO DR. MARCH	2627-5130
C.C. IRMÃ CATARINA	2722-7052
C.C. JACAREZINHO COM CRISTO	2609-0110
C.C. JÓIAS DE CRISTO	2620-3740
C.C. JURUJUBA	2717-9888
C.C. LIZETE MACIEL	2609-4427
C.C. MEDALHA MILAGROSA	2710-9356
C.C. MACEIÓ	2610-5758
C.C. MEIMEI	2709-8123
C.C. MINHA QUERÊNCIA	2608-7463
C.C. MOACYR BOGADO	2722-5818
C.C. NOSSA SENHORA APARECIDA	3604-9431
C.C. PROFª LENILDA SOARES DA CUNHA	2717-5127
C.C. PIRATININGA	2619-2143
C.C. ROSALDA PAIM	3604-6088
C.C. ROSALINA TAVARES	2627-2941
C.C. SAGRADA FAMÍLIA	2625-2517
C.C. SANTA ZITA	2714-2070
C.C. SÃO LOURENÇO	2620-0982
C.C. SÃO VICENTE DE PAULO	2714-4111

APRESENTAÇÃO

No ano de 2004, por iniciativa da Professora Maria Felisberta Baptista da Trindade, então Secretária e Presidente da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), foi publicado o “Número Zero” da Revista **Sabor de Escola**. Abria-se, assim, um importante canal de divulgação e de debate em torno das experiências pedagógicas vivenciadas no âmbito da Rede Municipal de Educação de Niterói.

A partir de 2005, buscamos dar continuidade e aprofundar essa tão oportuna e louvável iniciativa, estruturando um Conselho Editorial do periódico; indexando-o junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT-MCT), que lhe conferiu um número de ISSN; definindo a sua periodicidade, elemento vital para a credibilidade de qualquer revista, que passa a ser semestral; e, agora, lançando o seu Número 1.

Importa destacar que a publicação semestral de **Sabor de Escola** insere-se numa ampla política de valorização e de divulgação dos saberes produzidos pelos profissionais e alunos da Rede Municipal de Educação de Niterói. Nesse sentido, além de **Sabor de Escola**, temos o Boletim Informativo *Educação*; a série de livros *Prática Pedagógica Cotidiana*, cujos primeiros títulos já estão no prelo; a realização das *Mostras Acadêmicas* da Rede Municipal de Educação de Niterói, com a divulgação de pesquisas produzidas pelos nossos profissionais; o apoio à participação de profissionais da educação da Rede Municipal em eventos científicos, entre outras ações.

Antes de concluir, cumpre-nos agradecer a todos e todas que contribuíram diretamente para a publicação do Número 1 de **Sabor de Escola**: à mentora e fundadora, Professora Maria Felisberta Baptista da Trindade, Presidente de Honra do Conselho Editorial de **Sabor de Escola**; a todos os membros do Conselho Editorial, cuja inestimável contribuição, além da apreciação dos trabalhos, tem sido a de garantir que o periódico seja, de fato, da *Rede* (aqui entendida como um coletivo plural), e não apenas da Fundação ou da Secretaria Municipal de Educação (SME); aos autores que publicaram no “Número Zero” e aos que agora publicam neste Número 1, pelo pioneirismo e pela qualidade das suas contribuições; aos nossos leitores e aos nossos futuros colaboradores: auxiliares, merendeiros, agentes, técnicos, professores, pedagogos e demais profissionais de nível superior, dirigentes das unidades municipais de educação e equipes da FME e da SME, que, pelo seu trabalho cotidiano, são os principais artífices desta publicação, painel das múltiplas possibilidades de construção de saberes e fazeres que ganham vida na rede municipal, afirmando o direito de todos a uma educação pública de qualidade socialmente referenciada.

Prof. Godofredo Saturnino da Silva Pinto

Prefeito Municipal de Niterói

Prof. Waldeck Carneiro

Secretário Municipal de Educação de Niterói e
Presidente da FME

Prof. José Henrique Antunes

Subsecretário Municipal de Educação de Niterói

Prof. Armando de Castro Cerqueira Arosa

Subsecretário de Projetos Especiais da SME e Superintendente de
Desenvolvimento Pedagógico da FME

CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO DE TEXTOS EM Sabor de Escola

Caro(a) Leitor(a):

Sinta-se convidado a colaborar com Sabor de Escola, por meio de textos adequados a uma das seções do nosso periódico, publicado pela Rede Municipal de Educação de Niterói. Portanto, convém observar os critérios para envio de textos e ler o resumo das seções abertas a contribuições. Sugestões de reportagens, entrevistas e temas também serão muito bem-vindas! Participe, praticando, como leitor, o exercício da autoria.

SOBRE OS TEXTOS

* Os textos deverão ser enviados para o endereço sabordeescola@educacao.niteroi.rj.gov.br ou diretamente encaminhados, em disquete ou CD, à Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Fundação Municipal de Educação de Niterói, à Rua Visconde de Uruguai, 414, Centro, Niterói. Todas as contribuições serão avaliadas pelo Conselho Editorial de Sabor de Escola.

* O cabeçalho do texto deverá conter os seguintes elementos: seção a que se destina; título do trabalho e identificação do autor(a), incluindo dados sobre sua formação, instituição em que trabalha e cargo que ocupa.

* Formato do texto: Até seis páginas (incluindo referências bibliográficas); fonte Times New Roman; corpo 12; espaçamento entre linhas de 1,5.

SEÇÕES ABERTAS A CONTRIBUIÇÕES

1. **Prática Pedagógica Instituinte:** Esta seção destina-se à publicação de textos sobre experiências pedagógicas cotidianas, individuais ou coletivas, vivenciadas no âmbito da educação básica, em especial na Rede Municipal de Educação de Niterói.
2. **Resenha:** Serão aceitos textos sobre obras literárias e acadêmicas recentemente publicadas.
3. **Aluno-Cidadão:** Trata-se de socializar a produção textual de alunos da Rede Municipal de Educação de Niterói.
4. **Li e Gostei:** Profissionais da Rede Municipal de Educação de Niterói recomendam leituras que tenham contribuído significativamente para a sua formação.
5. **Artigo:** Esta seção divulga textos sobre temas direta ou indiretamente relacionados à área de ciências da educação, oriundos de pesquisas ou ensaios acadêmicos.
6. **Educação Estética:** Serão publicados textos que coloquem em evidência a arte como forma de expressão humana e como importante mediação no processo educativo.
7. **História Viva:** Contos e crônicas sobre histórias de Niterói.

Atenciosamente,

Conselho Editorial de Sabor de Escola

EXPEDIENTE

Prof. Godofredo Saturnino da Silva Pinto

Prefeito Municipal de Niterói

Prof. Waldeck Carneiro

Secretário Municipal de Educação de Niterói e Presidente da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME)

Prof. José Henrique Antunes

Subsecretário Municipal de Educação de Niterói

Prof. Armando de Castro Cerqueira Arosa

Subsecretário de Projetos Especiais da SME e Superintendente de Desenvolvimento Pedagógico da FME

CONSELHO EDITORIAL DE SABOR DE ESCOLA

- **Presidente:** **Waldeck Carneiro** (Secretário Municipal de Educação de Niterói e Presidente da Fundação Municipal de Educação de Niterói);
- **Presidente de Honra:** **Maria Felisberta Baptista da Trindade** (Professora Emérita da UFF e Presidente do COMCITEC);
- **Armando de Castro Cerqueira Arosa** (Subsecretário de Projetos Especiais da SME e Superintendente de Desenvolvimento Pedagógico da FME);
- **Celedir da Cunha Caetano** (Chefe da Assessoria de Comunicação da FME);
- **Cristina Fonte Pontes** (Núcleo de Educação Ambiental da FME);
- **Edison da Silva de Araújo Corrêa Júnior** (Assessor de Comunicação Social - Programa Criança na Creche)
- **Luciana Kuhn Nogueira** (Pedagoga da Escola Municipal Professora Maria Ângela Moreira Pinto);
- **Márcia Ferreira Neto** (Diretora da Escola Municipal Altivo César);
- **Sidinéia Muniz Kaneko** (Pedagoga da Rede Municipal de Educação de Niterói).

Tiragem: 10 mil exemplares

Distribuição gratuita

Os textos publicados em Sabor de Escola são de exclusiva responsabilidade de seus autores, podendo ser reproduzidos, desde que citada a fonte.

Projeto Gráfico e Diagramação - www.claudioventura.com.br

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI

Rua Visconde de Uruguai, 414 – Centro – Niterói/RJ – CEP 24030-075

Tels: (21) 2719-6763 / (21) 2719-6748

Sítio: www.educacao.niteroi.rj.gov.br

Endereço eletrônico: sabordeescola@educacao.niteroi.rj.gov.br

EDITORIAL

Neste primeiro número periódico de **Sabor de Escola**, começamos muito bem: entrevistamos uma das maiores educadoras da nossa Cidade e do Brasil, Maria Felisberta Baptista da Trindade, da linhagem de grandes mestres, como Paulo Freire; e enfocamos, como reportagem especial, o emocionante trabalho desenvolvido por dois projetos que, no contexto da Rede Municipal de Niterói, articulam educação, cultura, talento e cidadania: Cateretê nas Artes e Aprendiz.

As reflexões compartilhadas pelos autores, nas seções *Prática Pedagógica Instituinte* e *Artigo*, aprofundam temas importantes da área educacional, sem perder de vista os saberes e fazeres produzidos no cotidiano das práticas pedagógicas.

Na seção *Li e Gostei* e na *Resenha*, encontramos recomendações de leitura preciosas e uma instigante reflexão sobre a leitura dos contos de fadas.

Em *História Viva*, somos brindados com uma original restituição da história de Niterói, dialogando com personagens criados pela autora, que viveram nesta Cidade em épocas diferentes.

Na seção *Educação Estética*, caminhamos pelas diversas trilhas da arte, entendida como linguagem que se expressa por meio da sensibilidade e que, por isso mesmo, oferece múltiplas possibilidades ao processo de formação humana.

Ao longo de **Sabor de Escola**, conhecemos diversas produções inteligentes, criativas e sensíveis de alunos e alunas da Rede Municipal de Educação de Niterói, que têm a sua tribuna na seção *Aluno-Cidadão*.

Convido você, caro(a) leitor(a), a saborear, com especial prazer, este número de **Sabor de Escola**.

Prof. Waldeck Carneiro
Presidente do Conselho Editorial

SUMM



Índice

8 **Entrevista**
Prof.^a Maria Felisberta da Trindade

19 **Aluno-Cidadão**
As dificuldades de um deficiente na sociedade

20 **Prática Pedagógica Instituinte**
Arte na educação

22 **Prática Pedagógica Instituinte**
A literatura infantil como instrumento de desnaturalização do racismo

25 **Prática Pedagógica Instituinte**
A vida como elemento do currículo da EJA

27 **Prática Pedagógica Instituinte**
Consonância de corpo e alma

29 **Aluno-Cidadão**
Nossa turma

30 **História Viva**
Niteroy Aisó

34 **Aluno-Cidadão**
A casa

35 **Reportagem**
Cidadania pela música

41 **Aluno-Cidadão**
Adoção, um destino em suas mãos

42 **Li e Gostei...**

44 **Aluno-Cidadão**
A escola onde estudo

45 **Artigo**
Caminhos e descaminhos da Pedagogia Hospitalar em busca de uma educação impregnada de sentido

51 **Artigo**
A comunicação a serviço da educação

54 **Artigo**
Evolução do planejamento educacional no Brasil: subsídios ao Plano Municipal de Educação de Niterói

58 **Aluno-Cidadão**
Quando somos

59 **Resenha**
O conto de fadas: símbolos, mitos, arquétipos

61 **Educação Estética**
Arte como forma de expressão sensível das linguagens

66 **Aluno-Cidadão**
O caçador de aventuras

PROF^a MARIA FELISBERTA DA TRINDADE

Codinome: Educação Pública

O nome “Felisberta” em Niterói é imediatamente vinculado à educação pública. Detentora dos títulos de “Cidadã Honorária Niteroiense” (Câmara Municipal de Niterói, 1991); Medalha Tiradentes (Assembléia Legislativa do RJ, 1997); “Mulher de Luta” (Câmara Municipal de Niterói, 1998); Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense (2001), “Personalidade Educacional” (Associação Brasileira de Educação, Associação Brasileira de Imprensa e Jornal Folha Dirigida, 2004), exatamente pela defesa da educação pública de qualidade, a educadora Maria Felisberta Baptista da Trindade, 76 anos, tem uma história de vida totalmente ligada à causa que abraçou. Politizada ao extremo, defensora dos direitos das mulheres e mãe atuante, Felisberta, ex-Secretária de Educação de Niterói, ex-Presidente da Fundação Municipal de Educação e atual Presidente do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói, é a entrevistada deste primeiro número de Sabor de Escola.

Sabor de Escola - Fale um pouco sobre sua vida.

Maria Felisberta - Nasci no Rio de Janeiro, na Rua Moraes e Silva, no bairro da Tijuca. Com dois anos, me mudei para Niterói, mas sempre fiquei no eixo Niterói-Rio, porque iniciei meus estudos no Jardim de Infância Maria Guilhermina, na Rua Presidente Backer e, mais tarde, fui para o Joaquim Távora, onde fiz todo o meu ensino primário. De lá, após o exame de admissão, fui diretamente para o Colégio Pedro II, onde fiz o ginásio. Depois, fui transferida pelo meu pai, justamente pela minha participação nos movimentos estudantis. Fui eleita membro do grêmio estudantil, científico e literário do Colégio Pedro II em 1946 e, logo após, vice-presidente, mas não assumi o cargo, impedida pela direção do colégio. Eles me consideravam uma jovem de idéias socialistas! Ao mesmo tempo, eu fazia parte do grupo que estava fundando a Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES). Começamos o movimento em 1946 e em 1947 elegemos a diretoria. Como não tínhamos uma sede, a União Nacional de Estudantes (UNE) nos cedeu um espaço na Praia de Ipanema. Pessoas interessantes participaram; gente que se destacou mais tarde na vida pública, como o jornalista Haroldo Costa e o advogado criminalista Humberto Telles. Participamos, naquele momento, de todas as lutas reivindicatórias, como a campanha pela meia passagem, que permanece em pauta, e também de outros movimentos políticos, como a luta contra a cassação de

mandatos de deputados e senadores. Nesse momento, fui transferida pelo meu pai, por participar de toda essa luta, para o Liceu Nilo Peçanha. Nele, criamos a Comissão do Petróleo e a Associação Niteroiense de Estudantes. Fiz parte do Departamento de Propaganda do Grêmio Estudantil do Liceu Nilo Peçanha.

Sabor de Escola - Já se fazia referência, naquela época, à Campanha “O Petróleo é Nosso”?

Maria Felisberta - O slogan naquela época já era “O Petróleo é Nosso”. A Petrobras foi criada em 1952 pelo Governo Getúlio Vargas. Eram duas teses: uma do monopólio estatal e a outra, que nós considerávamos uma tese anti-democrática, de permitir, a empresas estrangeiras, a exploração do petróleo brasileiro. A Petrobras é um símbolo da luta nacionalista no Brasil. Eu tinha esse sentimento nacionalista, foi uma luta da esquerda na época. Havia, por parte do meu pai e de outros, um orgulho de ser funcionário público, coisa que hoje está defasada pelas ideologias neoliberais, a ideologia da privatização, segundo a qual o privado é muito mais eficiente e eficaz. Naquela época, havia mais prestígio. Eu sou uma defensora intransigente de concurso público, justamente porque o concursado chega no trabalho sem o compromisso de dependência; ele vem com idéias novas e busca afazeres interessantes. Com tudo isso, pensei em fazer Direito e resolvi prestar vestibular na época. Porém, fui retirada do certame pelo inspetor federal, pois não

havia completado o ensino secundário e, logo, ainda não podia fazer o vestibular. Mais tarde, resolvi prestar para Pedagogia. Fiz e passei, porém acabei abandonando, casei e tive minha primeira filha, a Zélia. Me envolvi, junto com o Jardim, meu marido à época, numa vida de militância partidária, de amor ao Partido Comunista que, naquela ocasião, era do Brasil e depois passou a ser Brasileiro, tendo participado de várias campanhas e lutas. Mais tarde, eu e Jardim resolvemos voltar aos estudos: ele, ao curso de Direito e eu, ao de Pedagogia. Em 1958, eu só tinha uma filha, a Zélia, e tive problemas com uma gestação. Alguns acham que foi por ter sido presa num comício-relâmpago, grávida de cinco meses, contra a ida das tropas brasileiras para a Guerra da Coréia. Fiquei presa algumas horas e tive um deslocamento de placenta. Era uma menina que já estava morta há dois dias dentro de mim. Fiz um parto normal para retirá-la, em São Gonçalo. Os médicos não desvendaram, mas eu tinha uma tendência ao aborto. Em 1958, voltei a estudar Pedagogia no prédio do Clube Escolar Getúlio Vargas, onde funcionava a Faculdade Fluminense de Filosofia. Fiz os anos de 1958, 59, 60 – quando tive outro filho, o João Francisco - e 61, formando-me como Bacharel e Licenciada em Pedagogia. Em 1961, comecei a dar aula na admissão, em uma escola perto da minha casa.

Sabor de Escola - Após a formatura, o que aconteceu?

Maria Felisberta - No ano em que me formei, comecei a dar aula no antigo curso normal do Nilo Peçanha. Também surgiu uma oportunidade no Normal do Nossa Senhora das Neves. Eu aceitei, mesmo estando grávida, pois ninguém poderia adivinhar que eu sabia dar aula se eu não estivesse em sala, certo? Foi muito boa a experiência, tanto no Nossa Senhora das Neves como no Nilo Peçanha. No que se refere às questões políticas, eu continuei tendo a minha participação, mas não com tanta ênfase. Participei da luta pela posse de João Goulart, em 1961, em que Niterói participou de maneira efetiva, com manifestações nas ruas.

Sabor de Escola - E quanto à sua luta pelo direito das mulheres?

Maria Felisberta - Em 1949, eu saí do movimento estudantil. Além de estar na campanha do petróleo, também comecei a participar do movimento pelos direitos das mulheres junto com pessoas como Gilda Linhares, Guelmar Damasceno e Rita Campos. Aí fundamos a Associação Feminina Fluminense. Queríamos ter uma sede e conseguimos com o doutor Armando Ferreira, famoso em São Gonçalo. Fui gestora de duas diretorias da Associação Feminina Fluminense, logo após eleita secretária; depois, deixei de ser da diretoria, mas participava como sócia de várias iniciativas. Inclusive, em 1954, fui ao Congresso Mundial de Mulheres, na Suíça.

Sabor de Escola - E no Golpe de 1964, onde Felisberta estava?

Maria Felisberta - Minha filha Valéria nasceu no dia 10 de março de 1964. O famoso Comício da Central foi no dia 13 de março e eu o assisti pela televisão. Daí houve o golpe, em 31 de março, e começaram a prender pessoas, mas eu não estava saindo de casa porque a Valéria não tinha nem um mês de vida. Em certa ocasião, chegou uma pessoa lá em casa, dizendo que o Caio Martins estava cheio de presos políticos e que o Jardim estava sendo procurado por ter participado de um ato político no Teatro Municipal, tendo discursado como membro do Comitê Estadual do Partido Comunista. Disseram para ele que estava perigoso, que tinha de fugir. Então, ele foi para a casa do irmão, que não militava, mas era muito conhecido. Ele defendia bastante o Leonel Brizola. Acabou sendo preso através de denúncia. Jardim teve que sair de lá, ficando foragido. Fiquei sabendo, mais tarde, que ele esteve em São Paulo e eu fiquei praticamente sozinha com as crianças. Neste momento, minha cunhada falou que era um perigo eu permanecer com os filhos naquela casa. Então, fui para a casa do meu irmão mais moço, onde atualmente está a Ampla, em São Domingos. Fiquei sozinha com Valéria, porque ela precisava ser amamentada. Mandamos os outros para a casa dos meus cunhados, em São Gonçalo, orientando para que todos tivessem uma vida normal. Fiquei “foragida” dentro de um apartamento, mas eu queria voltar à

minha vida normal. Finalmente, voltei para a casa de minha cunhada e ela se encontrou com Maria José Cid, diretora do Colégio Nilo Peçanha, na Praia de Icaraí, que disse: “Felisberta tem que voltar a dar aula! Minha filha vai entrar de licença e eu estou precisando imediatamente de uma professora para Prática de Ensino”. Ao mesmo tempo, Regina Bittencourt Silva, diretora do Colégio Bittencourt Silva, me convida para ministrar aula também, pois outra docente havia entrado de licença. A partir daí, eu comecei a ter minha carteira assinada. Particpei ativamente na política, por vezes de maneira ilegal. Me sentia altamente vigiada, porém acabei não sendo presa, mas minha casa era muito visada. Também não interessava a eles, naquele momento, prender o pessoal que fazia parte do Partido Comunista Brasileiro, porque esta gente não era a favor de guerrilhas, não entrou no sistema de guerrilha como o PCdoB. Nós éramos a favor da luta pela conquista democrática através dos movimentos sociais e das denúncias internacionais.

Sabor de Escola - Qual disciplina marcou a professora Felisberta?

Maria Felisberta - Educação Comparada foi uma disciplina que me marcou muito. O trabalho da nossa equipe foi sobre educação francesa e ela teve muita influência sobre a rede pública. A questão da escola pública me marcou bastante, pois predominava a filha do médico, o filho da professora, o neto dos engenheiros, a neta de comerciantes.

A Joaquim Távora era considerada a escola pública de melhor nível em Niterói, na rede estadual. Foi tão importante minha aprendizagem no Joaquim Távora que, quando fiz exame de admissão para o Colégio Pedro II, passei direto. Meu pai cismou com duas coisas: primeiro, botou a gente para aprender música. Só que escolheu o instrumento errado: o violino! Eu não tenho um bom ouvido e tinha que ter um ouvido absoluto para tocá-lo! O professor, então, marcava os lugares com um esparadrapo para eu aprender. Era mais fácil aprender piano, mas a escolhida foi minha irmã, pois cada um lá de casa teria de tocar um instrumento. Outra cisma: ele me colocou para aprender italiano, mas eu também aprendia francês e a declamar. Também me botou em contato com os filhos de pescadores, na Igreja São Francisco Xavier, e isso acabou desenvolvendo minhas facilidades orais. Eu nunca tive dificuldades em exame oral, adorava o que ninguém gostava! Mas, de qualquer maneira, eu passava na prova escrita para depois fazer a oral, pois a primeira eliminava a outra.

Sabor de Escola – Quando surgiu a Universidade Federal Fluminense em sua vida?

Maria Felisberta - Em 1970, fiz exame de seleção para o Senac. Quando cheguei para fazer provas, encontrei meus colegas. Todos sabiam desta prova, mas não falaram nada. Foi aí que descobri a concorrência! Passei na seleção, que foi muito rigorosa. Além da prova de conteúdo, teve exame psicotécnico: quase não entrei!

Eu soube que no Conselho Regional deu uma confusão, pois um dos membros da Federação do Comércio disse que eu não entraria lá por causa das minhas idéias socialistas. Porém, um professor de lá disse: “foi ela quem se apresentou melhor e vai entrar! Não pode haver restrições desse nível”! Eu estava em Niterói e em São Gonçalo, em colégios particulares e no Senac. Na UFF, comecei a trabalhar como assistente-técnica, responsável pela orientação do curso de aprendizagem, que era aquele onde o aluno tinha educação geral e parte de formação profissional. Em meados de 1971, me avisaram que estava abrindo seleção para o Mestrado da UFF e isso seria interessante para aqueles que já eram professores contratados, como eu, já que o pessoal da UFF queria que houvesse um desenvolvimento dentro da própria instituição. Porém, tinha apenas quatro vagas para os candidatos externos. Mesmo assim, acabei me candidatando. Tirei cópias dos documentos e consegui me inscrever. No exame de conteúdo, meu medo era a prova de línguas. Escolhi francês porque já havia estudado bastante educação francesa. Caiu exatamente um texto sobre o tema e acabei passando no mestrado.

Sabor de Escola - Como foi este Mestrado?

Maria Felisberta - Quando eu estava no mestrado, começaram a acontecer seleções de currículos para contrato e acabei sendo selecionada para História da Educação. Logo após, me tiraram desta disciplina e me colocaram para dar aulas de Psicologia da Educação. Resolveram, então, me colocar na turma

de Licenciatura, que era muito atuante politicamente. Depois, dei Psicologia da Aprendizagem, ficando quase dois anos. Aí quiseram renovar meu contrato, mas eu precisava ter carteira profissional, atestado de direitos civis e outros documentos. Não fui aceita porque eu necessitava de um atestado ideológico, que não foi expedido por causa de meu histórico. Fui, então, ao Rio de Janeiro para uma audiência marcada. Se eu não comparecesse poderia ser presa. Lá chegando, percebi que eles tinham contra mim um arquivo imenso, por isso não me deram o tal atestado ideológico. Eles só me cederiam este documento se eu fizesse uma declaração de que não pertencia mais ao Partido Comunista. Queriam que eu renegasse minha história! Falei que iria pensar... Conversei, então, com o René Pestre, que era do Corpo Jurídico da UFF e Professor do Senac, e ele providenciou para que eu tivesse o documento. O processo terminava naquele ano e não haveria renovação. Aí não fiquei na UFF, voltando concursada em 1985, como Professora de Orientação Vocacional. Quando eu soube que a Regina Leite Garcia ia fazer o concurso e tinha se inscrito em Orientação Educacional – e todos supunham que ela iria ser a primeira colocada –, me inscrevi em Orientação Vocacional. Só tinha uma vaga para cada área e ambas fomos aprovadas.

Sabor de Escola – Ministrou aulas na rede privada?

Maria Felisberta - Quando estava no mestrado, comecei a dar aulas em algumas faculdades

de Pedagogia da rede privada, mas também trabalhei na rede particular em várias escolas, como o antigo Nilo Peçanha, o Bittencourt Silva e o Colégio Batista. Me preocupava sempre em atuar na formação do professor, na perspectiva de que esses futuros educadores pudessem ter o compromisso com a educação pública. Em geral, mesmo aqueles que se formaram na rede privada, iam fazer concurso de ingresso ao Magistério Público. Eu procurava discutir a educação dentro de sua totalidade, mesmo que eu estivesse dando uma aula de didática. Jamais fui uma professora pragmática e tecnicista, pois a didática é uma orientação para um processo de aprendizagem, partindo de princípios básicos como o da inclusão social, democratização da educação, a educação como direito de todos, o vigor que se deve dar à educação pública como promotora dos direitos humanos e da formação para a cidadania.

Sabor de Escola - Por que, então, as críticas à escola pública?

Maria Felisberta - Eu acho que essas críticas decorrem de uma análise superficial sobre o processo histórico da educação no Brasil, que naturalmente não é só da educação em si, mas sobre a evolução histórica do país. Em primeiro lugar, as grandes parcelas das camadas populares não frequentavam escolas neste país até 1940. Por exemplo, 70% dos brasileiros eram analfabetos. A rede pública de ensino era frequentada pela classe média. Ela tinha uma certa qualidade, que não era só da escola e sim dos acervos culturais a que essa própria criança da classe média tinha acesso. Era uma série de

outras oportunidades que não eram oferecidas apenas pela escola. Quando o quadro brasileiro foi sofrendo alteração, com o processo de urbanização desenfreada e as favelizações, as crianças das classes populares foram chegando na escola pública. Tinham cultura em sua bagagem de vida e experiência prática, mas não tinham a cultura mais acadêmica, clássica, de facilidade na sua própria residência, de acompanhamento de estudo. A escola, então, passou a ser fundamental, primordial, porque era a única possibilidade de aquisição do conhecimento por essas crianças. Muitas vezes, seus pais eram analfabetos, o que tornava ainda mais difícil a vida cultural dessas crianças. Esse quadro não mudou, pois não houve, com continuidade, políticas públicas capazes de criar um quadro diferente. Ao mesmo tempo, na formação dos professores, dentro dessas políticas públicas, não houve um compromisso por parte das universidades públicas. No início, em relação ao que seria esse educador, ainda havia uma visão tecnicista. Quando esse educador tinha uma bagagem sociológica e também da psicologia social, ele compreendia melhor a realidade na qual ia trabalhar. Essa crítica também tem um viés da privatização. Falavam da deterioração das escolas públicas e elevavam as escolas privadas, como se elas fossem provocar uma ascensão social que garantisse a continuidade do estudo no ensino superior. Aí entra a questão do vestibular. Em nome da qualidade do ensino superior, as faculdades públicas tomam uma posição que acaba sendo elitista. Isso em nome da qualidade do ensino, sem se preocupar com as dificuldades das camadas populares para atingir uma formação superior no Brasil.

Sabor de Escola – E quanto ao mercado de trabalho para professores?

Maria Felisberta – O mercado de trabalho existente para a professora tinha que envolver também as escolas privadas, pois somente o salário do Estado não cobriria as suas condições de vida. Quando comecei a trabalhar com alunos originários dessas escolas de classe média – e a classe média tem um papel que não pode ser negado dentro da estrutura social do país, pois serão os futuros mestres, jornalistas e advogados – percebi que eles tinham compromisso, não só com um bom desempenho no sentido profissional, mas também no pessoal. Acho que todo profissional também tem um compromisso social! Eu era uma profissional responsável e séria, pois a rede privada faz questão de professor que não falte e que chegue na hora. Eu nunca fui podada e também tive habilidade de colocar minhas idéias sem sectarismo, dentro de princípios democráticos, respeitando também o próprio aluno no seu perfil. Eu fui professora das filhas do Hamilton Xavier, que foi Deputado Federal do antigo PDS, totalmente contrário às minhas idéias. Eu nunca deixei de defender princípios educacionais que eu sempre defendi e vou continuar defendendo. Por exemplo, a qualidade da relação professor-aluno, que é importantíssima.

Sabor de Escola - O que um professor deve ter ou ser em sala de aula?

Maria Felisberta - Acho que o professor não pode ser só um conteudista, tem de criar uma relação de construção na sala de aula. Eu brincava até pouco tempo atrás na UFE, dizendo que gostava de seduzir meus alunos. Não é ficar no primarismo de “coitadinho”, eu acho que a gente exigia um outro nível de compreensão. Tive uma experiência marcante na minha vida pessoal: a filha do Valdir Cabral foi minha aluna e eu nem sabia. E ele foi um dos que massacraram o Jardim, meu ex- marido. Jamais considerei o fato de ele ser delegado. Consegui ultrapassar os limites de uma situação político-partidária e reconheci o valor da menina, tendo sido estimuladora de seu processo educacional. Ela conseguiu superar suas dificuldades pedagógicas e avançou. Até mesmo nas faculdades particulares, consegui fazer este tipo de trabalho, já que sempre procurei ter um comportamento ético.

Sabor de Escola – O que mudou na pedagogia, com o passar dos anos, em nível escolar e universitário?

Maria Felisberta – A mudança na pedagogia realizou-se, principalmente, na valorização da pesquisa e da prática pedagógica. Houve uma valorização da realidade cotidiana. Antigamente, ficava-se muito numa demonstração teórica, tentando, somente através da teoria, explicar o processo ensino-aprendizagem. Hoje, a teoria e a prática se entrelaçam no sentido de explicar e fundamentar este processo.

Sabor de Escola – O que a senhora acha do sistema de ciclos? É uma experiência de sucesso nas cidades em que foi implementado?

Maria Felisberta – Considero o sistema de ciclos um avanço pedagógico. Primeiro, porque tem o apoio legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que dá uma abertura à estrutura curricular. Ela pode ser seriada, pode ser através dos anos de escolaridade, pode ter regime semestral, de acordo com algumas necessidades, como acontece com a Educação de Jovens e Adultos. O ciclo vem, do ponto de vista da estratégia educacional, atender as diferenças individuais, o ritmo próprio de cada aluno, as suas dificuldades, o seu processo pessoal de aprendizagem. Individualiza o aluno e, ao mesmo tempo, coletiviza, pois ele pertence a uma turma, onde vai interagir com os demais colegas. Os obstáculos existem, não podemos negar, soaria até falso. Essas barreiras, porém, terão de ser vencidas. Ao mesmo tempo em que há uma determinação pedagógica, haveria de ter uma determinação, do ponto de vista da gestão escolar, que garantisse um número maior de professores para que os alunos tivessem aulas complementares, a partir de um diagnóstico de suas dificuldades ou de seus saberes, à medida que pudermos implementar projetos em que o aluno tenha um horário integral na escola. A partir disso, acho que os ciclos podem render aquilo que seu significado pedagógico proporciona.

Sabor de Escola – Recentemente, estive em Niterói o professor José Pacheco, da Escola da Ponte, unidade referenciada mundialmente. O que a senhora pensa sobre o projeto desta escola?

Maria Felisberta – Acho uma experiência válida, principalmente pela autonomia assumida pela escola. Porém, se pensarmos um pouco na história de nosso país, vamos encontrar a Escola Parque, que foi iniciativa do professor Anísio Teixeira, em Salvador, na Bahia. Era o retrato da própria vida, da realidade do aluno. Eles tinham até um jornal, tudo semelhante à sociedade. Tivemos também ótimas experiências no Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na época da Henriette Amado, onde havia uma participação efetiva do alunado na vida cotidiana da escola. Pessoalmente, tenho uma experiência interessante, quando fui supervisora e orientadora educacional do Instituto de Educação Clélia Nanci, em São Gonçalo. Ao longo de cinco anos, conseguimos implantar o auto-governo. Os alunos tinham acesso desde o diretor até ao auxiliar de serviços gerais. Até aulas eles davam em equipes; era uma mobilização total da unidade. Infelizmente, um dos grandes problemas do Brasil é a não preservação das experiências positivas. Creio que a manutenção de uma política pública que venha incentivar as práticas educativas seria especialmente válida. A experiência da Escola da Ponte veio mostrar isso, pois eles conquistaram seu espaço e tiveram o apoio governamental.

Sabor de Escola – Como a senhora vê a questão do currículo?

Maria Felisberta – Acho que o currículo deve ter, minimamente, o ciclo básico: todas as escolas devem ter Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia... No Ensino Médio, creio que se deve ter Filosofia e Sociologia. Tudo o que é enriquecedor é válido, como hoje temos a História Africana. A forma como o currículo deve ser conduzido é que tem de ser coerente com a realidade de cada local. Não no sentido de se ficar preso a uma realidade, mas o ponto de partida deve ser a realidade do aluno. A partir daí, então, a escola estimula um avanço, pois, na escola há oportunidade de se ter uma abertura maior para a vida. Do contrário, não haveria necessidade de ir para a escola, bastava ficar em casa e no seu bairro. O aluno vai para sua unidade escolar para que ela oportunize a amplitude cultural para sua vida.

Sabor de Escola – Em 2006, foi iniciada a implantação da Língua Espanhola na Rede Municipal de Niterói e a Secretaria de Educação de Niterói está implantando também nas escolas projetos de Judô e Capoeira, dentre outros, bem como o Escola Aberta, no qual as unidades escolares abrem nos finais de semana para oficinas de lazer, esportes, etc. Em que estas iniciativas podem auxiliar o aluno como cidadão?

Maria Felisberta – Ajuda enormemente! A escola não pode se limitar às quatro paredes de uma sala de

aula. Por melhor que o processo ensino-aprendizagem ocorra, é preciso que os alunos tenham outros contatos e experiências, alarguem sua visão de educação e vida. Eles devem ter seu próprio acervo cultural. Sou muito favorável também às atividades extra-classe, visitas a museus, como o MAC, em Niterói, a cinemas e teatros, como o da UFF e o Municipal, conhecer a história do Município onde vive, no sentido de que ele perceba que essa cidade pode muito lhe dar, proporcionando muitas oportunidades. Isso corresponde ao que chamamos de “cidade educadora”: através de diferentes áreas da vida ocorre um processo de aprendizagem.

Sabor de Escola – O que deve ser realizado para uma boa política pública de educação?

Maria Felisberta – Em primeiro lugar, ter a inclusão social. Não digo somente a das pessoas com necessidades especiais, mas também das crianças que estão fora da escola. Apesar de existirem ações de erradicação do trabalho infantil, vamos perceber crianças ainda vendendo balas nos sinais da cidade. No entanto, seu espaço principal deve ser a escola, pois é ali que ela pode aprender e ter outra visão da vida. Segundo, a valorização do profissional da educação. Quando digo valorização, me refiro não somente a salários e Plano de Carreira, mas também à capacitação constante do professor. As reuniões de planejamento, por exemplo, acho muito importantes, pois é o momento de o coletivo discutir por área, de integração das séries, etc. Mão não se

pode ter apenas um calendário anual e a escola dedicar aquele espaço se, naquele horário, o profissional fica “à deriva”, “solto espontaneamente”, como costume brincar. É preciso que haja um planejamento a partir dos próprios professores, dos supervisores e orientadores educacionais.

Sabor de Escola – Qual a importância da formação continuada de profissionais da Educação?

Maria Felisberta – Sou a favor, não somente através de cursos, como pós-graduação *lato-sensu*, mestrado, doutorado. Por que não uma alfabetizadora ter um doutorado? Deve ter sim! Há uma deformação: quando se pensa em alguém com formação em nível de doutorado em Educação, pensa-se que essa pessoa só poderia trabalhar no Ensino Superior. A valorização dos docentes deve ser emblemática. Além destes cursos, acredito que a gestão do sistema educacional deve estimular o professor a participar de eventos, encontros, produzir textos, como as Mostras Acadêmicas de Profissionais da Rede Municipal de Educação, que se realizam, desde 2005, durante a Semana de Ciência e Tecnologia em Niterói. Estas iniciativas são muito importantes. Deve-se propiciar condições para que os professores apresentem seus trabalhos nos conclave nacionais e internacionais. Além disso, acho que estes encontros de planejamento, já citados, devem ser considerados momentos de formação continuada porque, quando se planeja, há discussões de idéias e de fundamentos teóricos. Creio que os cursos

de extensão devem ser realizados pela Rede Municipal em convênio com universidades, por exemplo.

Sabor de Escola – Como a senhora observa o Plano Municipal de Educação de Niterói?

Maria Felisberta – Neste momento, está havendo um diagnóstico necessário. Mas já existe um trabalho de dois anos, feito no biênio 2003-2004, que felizmente está sendo aproveitado. Afinal, foram idéias pensadas e escritas. Precisamos nos articular dentro da Prefeitura de Niterói, as secretarias devem perceber a importância deste Plano Municipal de Educação, já que ele não deve se limitar ao sistema municipal, pois é da Cidade de Niterói.

Sabor de Escola – Qual a importância do Conselho Municipal de Educação para a cidade de Niterói?

Maria Felisberta – Sou apologista de conselhos: de bairros, de diferentes secretarias, etc. O Conselho Municipal de Educação tem um papel importante para traçar as políticas públicas de Niterói neste setor. Não cabe a ele somente o papel de opinar, propor e fiscalizar, inclusive as escolas particulares de educação infantil. Ele tem um papel mais importante e tenho notado que tem havido avanços importantes. Há, às vezes, momentos mais difíceis por parte dos conselheiros; porém, tenho uma avaliação boa do CME, já que fiz parte dele como representante da Faculdade de Educação da UFF e como Secretária Municipal de Educação e Presidente

da Fundação Municipal de Educação. Hoje, participo como educadora niteroiense. Acho que falta algo: muitos conselheiros ainda são tímidos. Tínhamos que provocar mais suas participações e opiniões. Tenho certeza de que muitos deles, pela formação do CME atual, têm condições de contribuir mais ativamente.

Sabor de Escola – E o Conselho de Ciência e Tecnologia de Niterói?

Maria Felisberta – O COMCITEC vem realizando algumas iniciativas, mas ainda não podemos dar um salto maior devido a aspectos legais de reestruturação. Temos participado da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, desde o ano passado, e de outras atividades culturais e científicas em Niterói e, também, num intercâmbio com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, de debates que estão sendo travados sobre educação profissional e tecnológica. É importante garantir políticas públicas nacionais para o setor, o que ainda é motivo de subestimação. Não há uma compreensão efetiva da importância da questão e esta é uma batalha que o COMCITEC abraçará.

Sabor de Escola – Em que a criação do FUNDEB melhorará a educação básica?

Maria Felisberta – Sou fervorosamente a favor do FUNDEB. Inclusive, participei das discussões, em nível nacional, no sentido de que o Fundo amparasse

toda a Educação Básica e não somente os ensinos Fundamental e Médio. Lutei para que a Educação Infantil fosse contemplada também. O projeto se ampliou, tornando-se uma proposta que traz em si o amparo financeiro e a estimulação para toda a Educação Básica. Acho que nosso país poderá ser realmente desenvolvido se garantirmos a todo brasileiro a Educação Básica.

Sabor de Escola – Qual a sua expectativa para a criação, na cidade de Niterói, da Fundação Municipal de Amparo à Pesquisa?

Maria Felisberta – Estou otimista, apesar de algumas dificuldades. Inclusive, no Plano Plurianual da Prefeitura de Niterói, esta Fundação já se encontra presente. Precisamos aprovar a lei de criação da Fundação na Câmara de Vereadores, mas já tivemos encontros com o Prefeito de Niterói, Godofredo Pinto, para tratar do assunto. As perspectivas são boas! ♦

aluno-cidadão

“AS DIFICULDADES DE UM DEFICIENTE NA SOCIEDADE”

Ser deficiente físico é algo que só sabemos quando temos uma pessoa na família ou alguém muito próximo para podermos conhecer e entender este mundo em que eles vivem. Por ser filho de um pai surdo e mudo, posso descrever um pouco do que um deficiente físico passa e do que ele é super capaz de fazer.

Por vários preconceitos e dificuldades, um deficiente físico não consegue totalmente um espaço na sociedade: por ser diferente, já é o suficiente para ser alvo de olhares de piedade ou de rejeição. É muito raro ver um deficiente físico bem empregado. Geralmente, trabalham em sinais ou são camelôs, serviços sem carteira assinada. Meu pai trabalha em uma oficina de lanternagem, tem carteira assinada e sei que ele é bem aceito, pois é muito responsável e inteligente, mas sofre com brincadeiras de colegas que pensam que ele tem de ser o “palhacinho” e esquecem que ele é igual a todos. Por isso, muitas vezes faltam com respeito. Isso é muito chato, pois deveria ser diferente, deveria haver respeito.

O mundo não está preparado para conviver com pessoas diferentes e elas sabem disso, por isso são especiais e procuram se superar para poder mostrar para as pessoas que são capazes e que podem fazer tudo o que fazemos.

Tenho muito orgulho do meu pai e sonho um dia vê-lo com outros deficientes físicos num mundo melhor, sem preconceitos. Que onde quer que eles entrem, sejam bem recebidos, sem piedade, mas como cidadãos comuns com os mesmos direitos. Porque na nossa sociedade todos enxergam somente os defeitos dos outros e não pensam nas dificuldades que um deficiente passa, seja ele deficiente visual, auditivo ou até sem um membro. Ele será discriminado e terá dificuldades para dirigir, pegar um ônibus, entre outras coisas. Assim, alguns deficientes chegam ao ponto de deixar de gostar da vida e de se sentir inferiores por serem diferentes. Mas isso não quer dizer que eles não consigam vencer na vida. E eu não tenho dúvida disso porque o meu pai, mesmo sendo surdo e mudo, não foi impedido de ter dois filhos, uma casa, um trabalho de carteira assinada e ter casado. Por isso acho que, como o meu pai e outros deficientes, todos têm direito de ser felizes e uns até fazem de suas dificuldades a chave das portas para subir na vida e conquistar títulos nas Paraolimpíadas.

Felizmente, não é todo mundo que discrimina, há pessoas que ajudam. Tem algumas igrejas que oferecem curso de libras e até uma que ofereceu o curso gratuito para o meu pai, porque, até o ano passado, ele não havia feito nenhum curso por não ter tido chance nem condições financeiras para pagar. Mas não são só as igrejas que atuam em vários projetos para ajudar os deficientes em geral. Dessa forma, na sociedade, eles poderão viver mais felizes e recuperarão sua auto-estima, sabendo que há pessoas iguais a eles e até piores que eles, mas sabendo que sempre irão poder contar com alguém na sociedade onde vivem.

E assim, eu espero que a ANDEF continue ajudando mais e mais os deficientes. ◆

ARTE e EDUCAÇÃO

DECLEV REYNIER DIB-FERREIRA

Professor do Ensino Fundamental e Membro da Equipe do Núcleo de Educação Ambiental da FME.

O pensamento científico moderno ocidental é historicamente baseado no paradigma da separação, da disjunção: para compreendermos um evento, o dividimos em partes a serem analisadas e estudadas para, então, termos noção do todo. Somos educados desta forma e ensinamos desta forma. Porém, o ensino compartimentado sugere aos alunos uma conseqüente divisão do mundo e da natureza em “matérias” e espaços diferentes. Sugere uma falsa noção de separação de idéias e disciplinas, que não existe no mundo real. Quem nunca ouviu de um aluno frases como: “mas você não é professor de matemática!”; ou ainda: “você é professor de ciências, não de português!”... É cada vez mais difícil reestabelecer as ligações, quebrar este paradigma e constituir um novo ensino, que permita reunir, ao mesmo tempo que separa.

Uma visão integrada do mundo ajudaria, por sua vez, o aluno a entender a realidade que o cerca e da qual faz parte. Um mesmo evento pode ser analisado e estudado através das diversas especialidades de cada professor(a), mas sem perdermos a noção do conjunto, em uma relação dialógica com o conhecimento das partes e do todo.

Para isso, diversos trabalhos e projetos, dentro e fora de sala de aula, podem colaborar para um processo integrado de ensino-aprendizagem e para uma mudança de postura entre os(as) professores(as) das diversas disciplinas, na busca de uma educação completa.

Por outro lado, sabemos dos problemas que, em maior ou menor intensidade, podem se impor como

possíveis obstáculos ao trabalho: número de alunos em sala, falta de material, pouco tempo na escola, pouco tempo fora de sala, poucas oportunidades de formação, escasso tempo para planejamento com os colegas, falta de apoio externo às atividades em sala de aula (psicólogo, assistência à família...).

Com isso, para driblar determinadas dificuldades, todos os recursos que se puderem utilizar para as aulas são bem vindos. O uso das diversas linguagens artísticas, por exemplo, pode se configurar como um valioso aliado da educação, em qualquer “gavetinha de conhecimento” (disciplina) e, melhor ainda, quando utilizadas para trabalhos em conjunto entre estas disciplinas, servindo como aglutinador de conhecimentos. O uso da arte na escola não precisa ficar restrito aos reduzidos “dois tempos” da grade curricular, nem ficar limitado somente aos momentos “agradáveis” e de lazer. Estes momentos de lazer e de prazer (agrado), que são inerentes à arte, também podem e devem ser utilizados nas aulas de quaisquer disciplinas.

Podemos assim, com o uso das artes em sala de aula e em nossos projetos, elevar o lúdico a posições de destaque em nosso cotidiano escolar, transformando-o em um dia-a-dia mais agradável, dando mais sentido à aprendizagem, que deixa de ser vista como uma obrigação trabalhosa, maçante, não criativa e alienante. Como dito, as diversas linguagens artísticas se tornam aliadas neste processo: a expressão plástica, os jogos didáticos, o teatro, a música, a poesia... Não se trata de se especializar ou

se profissionalizar nestas expressões, mas utilizá-las livremente na construção do conhecimento por parte do aluno. Este saber construído, tanto pode se dar dentro da sala de aula, iniciado através de uma disciplina específica – mas sem “encaixotar” o conhecimento na disciplina –, quanto em projetos de trabalho com conotações interdisciplinares (sugiro para isso as inúmeras leituras disponíveis sobre projetos, que podem dar uma boa base para idéias, planejamento, ação e avaliação dos mesmos).

O teatro, por exemplo, como jogo didático, possibilita à criança uma tomada de consciência de si mesmo, estimula a exploração, a procura e a descoberta de novas formas de relação com o mundo e tudo o que a rodeia. O “faz-de-conta”, tão espontâneo nos primeiros anos do indivíduo e abafado com o passar do tempo, é incentivado e realimentado, expondo possibilidades de vermos as coisas de outro ângulo, além do nosso, oferecendo algo como um “ensaio” para a vida real.

As artes plásticas (desenho, pintura, colagens) despertam o espírito criativo das crianças, tornando as aulas mais interessantes, provocando a descoberta de novos conhecimentos, novos valores, unindo sensibilidade à formação do caráter e ao desenvolvimento da inteligência.

A poesia, a prosa, a literatura infantil, o conto, os textos jornalísticos, enfim, a linguagem escrita, tanto na sua produção quanto na sua leitura, incitam imensamente a imaginação e a criatividade dos alunos, produzindo uma grande cumplicidade e interatividade entre autor e leitor. Tanto

aquele que escreve quanto aquele que lê se lançam em um mundo novo, onde a aprendizagem pode ser leve, fácil, prazerosa.

Tendo atuado como Coordenador de Ciências dentro da Coordenação de 3^o e 4^o Ciclos da FME, procurei, através da formação continuada em serviço, estimular os professores(as) a buscar estas diferentes linguagens e a trabalhar em conjunto com os colegas, principalmente através de projetos. Como professor de Ciências da Escola Municipal José de Anchieta por sete anos – e ainda em sala de aula em outro município –, procurei trabalhar com estas diferentes linguagens, sempre que possível, aliadas ao trabalho em sala de aula e aos projetos.

Dentro do projeto de educação ambiental da escola, por exemplo, que foi desenvolvido até o ano 2002, trabalhamos (juntamente com os professores de História e Geografia), entre outras atividades, com teatro, arte com sucatas, construção de maquetes, produção de poesias. Ao mesmo tempo que desenvolviam atividades artísticas, as crianças construam o próprio conhecimento sobre o lugar onde vivem e o mundo que os cerca.

Mesmo dentro de sala, na relação de construção dos conhecimentos curriculares, os alunos foram incentivados, em diversas ocasiões, a produzir e interagir com as linguagens artísticas possíveis, com o mesmo propósito de aliar o lúdico ao processo de ensino-aprendizagem, buscando tornar a aula um tempo prazeroso dentro da escola.

Então, mãos à obra, desenvolva sua criatividade e use-a como sua aliada! ♦

A literatura infantil como instrumento de desnaturalização do racismo

CARLA FABIANA PONTES AZEVEDO
Professora da Unidade Municipal de
Educação Infantil Olga Benário Prestes - FME

A cor no Brasil continua sendo um critério de seleção social, mas o racismo não existe. O cotidiano está repleto de práticas racistas, mas o racismo não existe. Como combater algo que teoricamente não existe?

Dentro desse contexto, entidades políticas e culturais ampliam debates e ações sobre a questão racial nas diversas esferas da sociedade civil e na legislação e a sociedade brasileira é categoricamente chamada a romper com sua cegueira multicultural e com a hipocrisia da democracia racial.

Ressaltar a importância da vida é o grande desafio coletivo da pós-modernidade. Desafio que começa com a recusa à banalização da violência. O racismo enquanto construção social é uma violência aos direitos humanos universais. Ele oprime a expressividade do outro e estimula comportamentos hostis e dolorosamente inúteis, sem nenhuma função significativa para a evolução da humanidade.

O racismo é uma perseguição agonizante que gera injustiça, desigualdade e sofrimento. É a perpetuação da escravidão física e mental do ser negro, de sua cor e de sua história. É a marca, feita através de mecanismos de exclusão social, da “subcidadania” imposta à população afrodescendente.

Diante de todo esse movimento de ebulições sociais, a escola não pode mais permanecer em silêncio, fingindo que nada acontece, fingindo que em seu interior nenhuma forma de racismo é expressa. As crianças negras não estão

representadas nas bonecas da escola, nem nos murais, nos contos de fada, nos personagens principais dos livros paradidáticos e, ainda sim, o racismo não existe.

Incitada por essas questões, tão concretas e reais no cotidiano, fiz um retrospecto de minha trajetória enquanto educadora e percebi grandes lacunas em minha atuação e em minha formação. Nas discussões pedagógicas das escolas públicas em que trabalhei e ainda trabalho, o assunto foi silenciado. Em minha graduação em Pedagogia, não tinha nenhuma disciplina que tratasse do tema e, desta forma, apesar de tão presente, o fenômeno racial vinha sendo inviabilizado nas escolas que conheci.

Partindo dessa premissa, comecei a pensar em uma forma de educar na diferença, comprometendo-me com os ideais de solidariedade e humanidade, que ajudam na construção de novas categorias de pensamento e de combate à discriminação racial e à violência.

Questões como respeito à diversidade, sem que isso suscite desigualdade ou prejudique a formação identitária, não podem deixar de pontuar práticas de educadores e educadoras comprometidas com a democracia.

Nesse horizonte de preocupações, busquei articular o processo de ensino-aprendizagem a posturas desafiadoras de preconceitos com relação à dominação e à exclusão de pessoas, fixando-me especificamente na abordagem racial feita a partir de uma literatura infantil que enfatizasse positivamente a imagem da população afrodescendente.

Trabalhar com literatura infantil numa perspectiva racial, significa comprometer-me com a consolidação da igualdade de oportunidades a partir de ações educacionais concretas e positivas.

Ao propor um trabalho literário onde o imaginário, o faz-de-conta assume uma posição política de combate ao racismo e de valorização dos afrodescendentes, reafirmo minha crença no trabalho educativo, reformulo minha práxis pedagógica e aprendo muitas coisa novas.

Dentro dessa perspectiva, a escolha de uma literatura específica foi intencional. Isso porque a literatura trabalha com subjetividades, com o ficcional, com o cotidiano, com o humano, servindo-me de valioso instrumento no processo de afirmação positiva da população afrodescendente.

A literatura transmite valores e transfigura o real de maneira crítica e emocionada. Aborda aspectos do real, utilizando-se de uma linguagem lúdica e metafórica, despertando emoções, conflitos, dúvidas e descobertas, de forma mágica. Escolhi a literatura como instrumento de trabalho por acreditar que a formação de bons leitores é também função da escola. Ocorreu-me também que a literatura seria uma forma criativa de focar as relações raciais e a atividade de leitura, sem adotar uma didática aprisionante, mas com prazer e fantasia, vivenciando a leitura, não como uma tarefa escolar descontextualizada, mas como aprendizagens cheias de significações.

Ao apresentar personagens negros que são heróis, belos e famosos, como nos livros de Silvia Ortoff (“O rei preto

de Ouro Preto”), de Ana Maria Machado (“Menina Bonita do Laço de Fita”), de Ziraldo (“O menino marrom”), como “Luana”, personagem criada por Aroldo Macedo, uma heroína de oito anos, muito articulada e inteligente, ofereço aos meus alunos afrodescendentes modelos positivos de identificação e aos meus alunos brancos um outro modelo possível.

Na seleção dos livros, tive que considerar a faixa etária (vinte crianças de cinco e seis anos que formam a turma do sexto ano de escolaridade na educação infantil), as ilustrações, as abordagens e a disponibilidade dos livros na biblioteca da UMEI Olga Benário Prestes. De posse dos livros, incluí na “rodinha” uma rotina literária.

Os livros apresentados, lidos prazerosamente, aproximaram-me bem mais das visões dos meus alunos sobre as emoções que aqueles personagens suscitavam. Temas como liberdade, diferença, beleza, solidariedade e poder foram abordados com as crianças, de forma sutil e literária.

A rotina literária foi estabelecida em via de mão dupla, ou seja, minha relação com os livros se intensificou, intensificando conseqüentemente a relação dos alunos com os mesmos.

O primeiro livro que li para a turma foi “Menina Bonita do Laço de Fita”, de Ana Maria Machado. O livro fala da beleza da menina negra e inicia conceitos de genética, quando fala da aparência da menina vinculada aos seus pais e avós. Achei interessante iniciar meu trabalho com ele, pois a obra trata da questão da autoestima da criança negra. Desde a tenra idade, a criança precisa declarar seu amor a si mesma, ser confiante,

construir imagens positivas de si e, para isso, os modelos terão fortes influências, as referências serão os espelhos. A literatura, interagindo com os mais profundos sentimentos da criança, age como um espelho onde ela pode ver sua imagem refletida. Ao identificar-se e se perceber bonita, tal qual a menina bonita do laço de fita, essa criança descobre-se um pouco mais. Ao identificar-se com a personagem, uma aluna me diz: “eu sou a menina do laço de fita, que é pretinha demais”.

O livro “O rei preto de Ouro Preto” fala de um rei negro africano que quebra o estereótipo da figura do rei associada a homem barbudo, branco, idoso, vestindo trajes da monarquia européia. Esse rei era diferente, “era um líder africano, continente que tinha gente negra e valente, gente que canta e dança no sorriso do contente”. Ao entrar em contato com Chico Rei, líder africano, Guilherme diz: “Eu não sabia que existia rei preto!”.

Por tudo isso, todos os livros lidos foram instrumentos preciosos. Com eles nos emocionamos, aprendemos coisas novas, nos divertimos e tomamos posicionamento frente às questões que os mesmos tratavam. Nesse sentido, contemplar os afrodescendentes por meio de suas histórias, de seus traços culturais, do seu existir é uma forma de reconhecimento dos seus direitos, enquanto seres humanos e cidadãos. Sei que as ações realizadas isoladamente não acabarão com todas as práticas racistas nas escolas, mas auxiliarão na busca de futuras adesões.

Juntos, eu e meus alunos vivenciamos novas possibilidades educacionais, vivenciamos experiências enriquecedoras, enxergando alternativas que viabilizam, de certa forma, a democratização social.

Quem não se vê não tem como se reconhecer. As crianças brasileiras da diáspora africana precisam olhar para o espelho social e se verem positivamente refletidas. Sem as distorções que o racismo provoca.

É necessário lembrar, como ressalta Munanga (1999), que representações sociais e relações de poder, presentes em diversos segmentos sociais, estão fortemente arraigadas e cristalizadas no imaginário coletivo pelos muitos mitos construídos. ♦

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- “Contos Afro-brasileiros”. São Paulo, Quilombohoje, 2001. (Coleção Cadernos Negros, v. 24)
- MACHADO, Ana Maria. “Menina Bonita do Laço de Fita”. São Paulo, Melhoramentos, 1986.
- MUNANGA, Kabengele. “Teorias sobre o racismo”. Estudos e Pesquisas, Niterói, 1988.
- ORTOFF, Sílvia. “O Rei Preto de Ouro Preto”. São Paulo, Scipione, 1997.
- YUNES, Eliana, PONDÉ, Glória. “Leitura e Leituras da literatura Infantil”. 2ed. São Paulo, FTD, 1989.
- FANON, Frantz. “Pele Negra, Máscaras Brancas”. Rio de Janeiro, Fator, 1983.

A vida como elemento do currículo da EJA

HELENA CRISTINA REBELLO

Professora do Ensino Fundamental e
Membro da Equipe da Assessoria Jurídica da FME

Assim que entrei na Rede Municipal de Educação, me foi oferecido um desafio: alfabetizar jovens e adultos. Não exitei em aceitar, porque sempre trabalhei com alfabetização de classes populares, porém não sabia o quão diferente era o universo de alunos da EJA e como eram diversificados seus interesses. O primeiro passo foi fazer uma sondagem que indicasse algumas diretrizes a seguir. Esta proposta buscava a construção do conhecimento por meio de estratégias que motivassem o aluno, de modo que ele sentisse prazer em aprender. Daí resultou uma profusão de idéias que culminaram na produção de projetos que envolviam o trabalho com músicas, receitas, bulas de remédio, encarte de supermercados e principalmente relatos de vida.

Quanto às intervenções pedagógicas, estas foram operacionalizadas a partir de três pontos principais:

- 1 - O trabalho em pequenos grupos;
- 2 - A elevação da auto-estima;
- 3 - O prazer de aprender coisas novas.

Assim sendo, pudemos observar uma revolução nas vidas de cada aluno que compunha a turma, mesmo porque, como afirma Esther Pilar Grossi, é necessário “propiciar a vivência de um processo pessoal de aprendizagem, em que cada aluno siga seu próprio caminho a partir de indagações, aproximações e experiências individuais criativas”. E esta era nossa mola propulsora, que gerou a troca de saberes e intervenções, as quais permitiram aos alunos se verem como cidadãos, atores sociais e, por isso, merecedores de respeito e dignidade. Uma

das maiores transformações observadas operou-se na vida da aluna Maria* que, ao chegar à escola, demonstrava baixa-estima, pois sequer assinava o nome, fato que lhe causava profundo constrangimento. Procurava evitar determinados locais onde haveria a necessidade de sua assinatura. Evitava abertura de crediários em lojas e pouco frequentava museus, exposições e quaisquer lugares em que tivesse que registrar sua presença, o que era feito a partir de suas impressões digitais.

Aos poucos, todo trabalho que propiciava a oralidade trazia à tona essas histórias de vida. Numa delas, Maria relatou sua infância difícil, fugindo dos maus tratos de seus responsáveis e do irmão mais velho, que, ainda nos seus tenros anos, a fazia trabalhar para a criação dos sobrinhos. O momento divisor de águas em sua vida foi uma queimadura provocada por seu irmão, em virtude de uma tarefa “mal feita”, que gerou cicatrizes no corpo e na alma de Maria. Adolescente, foi trabalhar em casa de família, quando então se casou e continuou sofrendo as pesadas penas que a sociedade impinge a uma mulher negra, pobre e sem escolaridade. Disse-nos, certa vez, que estava cansada de “parir menino, esfregar chão, dar carinho e continuar obedecendo às ordens masculinas da casa”. Com os filhos criados, netos nascidos e longe dos abusos do ex-marido, procurou na escola o que a vida lhe negara por tanto tempo. Encontrou no ambiente escolar algumas respostas para desejos antigos: o de ler e escrever, ter alguns documentos oficiais e fazer mais amigos. Ao receber seu primeiro título de eleitor,

contou-nos a felicidade de assinar o documento com uma caneta. Sua alegria em não precisar mais sujar o dedo de tinta era tanta, que nos comoveu. Contou-nos que a partir daquela data sentia-se uma pessoa inteira e não mais “meio gente” e que fora a escola a responsável por esta transformação, fato que provocou na turma uma calorosa salva de palmas e algumas lágrimas tímidas dos colegas. Assim como Maria, muitos outros nos surpreendiam com as transformações geradas pela densificação do conhecimento, demonstrando que a educação é, e sempre será, o verdadeiro instrumento de emancipação social.

Com regularidade, ouvíamos relatos das mudanças operadas nas vidas dos alunos e de seus familiares, pela simples oportunidade do acesso ao conhecimento, o que nos levava a sentir cada dia mais orgulho pela opção por educar. Crescíamos em exemplos de como se superar dificuldades naturais no processo ensino-aprendizagem, bem como outras pessoais, como dores na coluna, hipertensão, problemas de vista e demais questões relativas aos muitos aniversários, já que nossa turma era composta, em sua maioria, por adultos na “melhor” idade. Aprendemos a usar essas dificuldades como fatos geradores de conhecimento, trabalhando com projetos que desenvolvessem as potencialidades dos alunos e, ao mesmo tempo, os levassem a uma reflexão crítica (freireana) das suas condições de vida.

Confessamos que não é fácil a tarefa de trabalhar com a EJA, por conta da diversidade de necessidades e das expectativas dos alunos, que buscam no conhecimento uma saída para melhorar suas condições de vida. Muitos depararam, na infância, com a escola tradicional, que os fez desistir por inúmeros motivos; e, ao voltar, passam por um processo de estranhamento, pois ela, na maioria das vezes, não é mais o que eles esperavam. A adaptação leva tempo, devendo o professor usar as técnicas mais atuais, mas utilizar-se também das antigas com uma nova roupagem, justamente para evitar, nos alunos, a sensação de que, para esta nova escola, eles também não estão preparados.

Enfim, aprendemos a fazer da EJA um meio de transformar as nossas vidas, através de experiências prazerosas com o conhecimento produzido pelas mudanças sociais e evoluções tecnológicas, mas nunca distanciado da humanização deste conhecimento. ♦

* O nome da aluna foi alterado para preservar sua identidade

CONSONÂNCIA DE CORPO E ALMA

MARCILEI FERNANDES

Professora da Unidade Municipal de Educação Infantil
Dr. Paulo Cesar Pimentel - FME

Quando eu trabalhava nas plantações de milho de meu pai, na cidade de Aiuruoca, Sul do Estado de Minas Gerais, com minha família de dez irmãos (seis mulheres e quatro homens, sendo eu a sexta a nascer), jamais imaginei ser fonte de conhecimento para centenas de crianças no Estado do Rio de Janeiro, a “cidade grande”. Ainda mais sabendo das dificuldades que sempre foram a tônica de minha vida. Explico: sou portadora de uma deficiência física de nascença - não possuo o membro superior direito -, “o único anjinho da prole a nascer de asinha quebrada”, como brincou meu pai. Porém, creio que ser diferente não é ser deficiente. Faço de tudo, até melhor do que alguém que não possui esse tipo de problema. Jamais usaria prótese, sou muito verdadeira.

Atualmente, sou professora da Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Dr. Paulo Cesar Pimentel, em Itaipu, e sempre tive espírito batalhador. Entrei na Rede Municipal de Niterói como merendeira nesta unidade e felizmente pude galgar degraus até chegar a docente. Formei-me como professora em 1981, no Colégio Estadual Pandiá Calógeras, de São Gonçalo, onde fiz Magistério, mas tornei-me dona-de-casa ao casar. Logo após, montei uma confecção de costura e cortinas na Avenida Amaral Peixoto, no Centro de Niterói, e tinha uma vida estabilizada financeiramente. Quando meu companheiro, o mesmo com quem estou há 30 anos, ficou desempregado,

me vi numa situação difícil e tive de arranjar um emprego fixo para prover minha família. Com isso, entrei na Rede Municipal de Educação de Niterói como merendeira, após passagem pela Secretaria de Bem-Estar Social, atual Secretaria Municipal de Assistência Social, nos anos 80.

Ao chegar à Fundação Municipal de Educação, nos anos 90, já na UMEI Dr. Paulo Cesar Pimentel, fui acolhida pela diretora Teresa Coutinho, que já trabalhava com educação inclusiva na rede. Ela me recebeu de braços abertos, pois tinha conhecimento das necessidades especiais de cada um. Ao me dar carta branca para fazer meu trabalho tranquilamente, acabei ‘arrasando’ na cozinha. Apesar de ter uma parte do corpo a menos em relação às outras funcionárias, eu descascava 80 laranjas por dia devido à experiência que adquiri, trabalhando num botequim. Todos, então, começaram a me enxergar com outros olhos, inclusive a antiga Supervisora de Merenda da FME, Norma Pires, que sempre me tratou com grande carinho. Quando inauguraram a Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Renata Magaldi, no Fonseca, fui transferida para esta unidade. Lá fiquei por três anos, até passar no Concurso de Maricá para Professora de 1ª a 4ª série. De lá, no final dos anos 90, retornei à UMEI Dr. Paulo Cesar Pimentel, onde reencontrei Norma Pires, agora dirigindo a unidade. Ela me dirigiu como merendeira e como professora!

Dou aulas normalmente, apesar de minha deficiência aparente. Reconheço, porém, que uma docente como eu tem algumas dificuldades pedagógicas e tenho até alguns casos específicos. Por exemplo: tenho um aluno do 4º ano de escolaridade muito levado. Em certa ocasião, na rotina da sala de aula, numa roda de contação de história, ele foi empurrando outros colegas para sentar ao meu lado, alheio à história. Aí disse: “ô, Tia... Eu queria ter um braço normal de um lado e um pedaço de outro, igual a você”. Estiquei o braço dele e perguntei o porquê: “Ah, eu queria ser igual à professora!”. Foi um choque, pois eu mesma não sabia o porquê de ele querer ser igual a mim. Falei das diferenças humanas para o aluno e retomei a história. Quando todos estavam na mesa para fazer o registro da contação, senti um certo pesar dele. Muito afobadamente, terminou o trabalho e colocou no escaninho com seu nome. Na verdade, o que o atraía era saber como quem tem apenas uma parte do braço faz para se virar, pois, observando-o, percebi que ele havia pegado o material com o antebraço, tentando ‘pinçar’ a folha de papel, assim como eu comumente fazia. Realmente, ainda existem turmas que estranham “aquela pessoa diferente”. Utilizo isso na pedagogia, inclusive. Alguns alunos estranham quando bato palmas e, certo dia, vi um menino tentando me imitar, batendo no braço. Expliquei para ele que eu batia palmas como podia, mas fazia o mesmo som que ele. E o aluno entendeu perfeitamente.

Não renego minhas origens. É bom plantar o que se colhe, assim como eu fazia na roça, nas plantações de feijão e milho de meu pai. Minha vida sempre foi de muita luta. Há 40 anos, as crianças tinham funções determinadas nas famílias. Tive uma infância boa, no meio rural, por isso tenho alma leve. Não acredito na felicidade de uma criança sem uma infância boa. Minhas bonecas, por exemplo, eram de espiga de milho. Um pé dava de quatro a cinco espigas. Colhia a mais bonita pra mim e meu pai ficava bravo. No fim do dia, aquele cabelo da boneca já tinha murchado e eu derrubava outro pé. Minha família utilizava símbolos: o sol era o relógio, as fases da lua mostravam o melhor momento para plantar, etc. Meu pai, então, era um analfabeto sábio. Saíamos pra brincar e ele dizia que, para serrar uma árvore, tinha que cortar o tronco, pois ela não podia ficar “sofrendo”. Além disso, não nos deixava picá-las com canivete, ou seja, já preservava a natureza do seu jeito. Aos oito anos, descobri que o caule da bananeira flutuava. Aí aprendi a nadar. Foi minha bóia!

Não me vejo, profissionalmente, realizando trabalhos que não sejam com crianças. Gosto de lidar com o início da vida. Sou tão determinada que, quando fui trabalhar como merendeira, já tinha diploma de professora, mas não havia ministrado aulas em sala. Nem por isso, como merendeira, coloquei esta função para baixo. Abracei-a, pois não sei fazer

“NOSSA TURMA”

nada pela metade. Prova disso é que já fui babá, sempre lidei com crianças. Me fiz professora e, na verdade, estou crescendo a cada dia na profissão. Eu não sou acadêmica, mas não acredito em sabedoria sem benevolência. Ter o saber e não ter a benevolência é apenas um acúmulo de conhecimento. Ainda pretendo fazer faculdade de Educação e quero morrer no exercício da função. Escola boa é na sala de aula!

Acho, sinceramente, que o portador de necessidade especial deve ter dois cuidados: não entrar na fila dos “coitadinhos” nem virar “herói”. Me vejo, no cotidiano, fazendo mil coisas com mais agilidade que uma pessoa que possui as duas mãos. Faço questão de enviar uma mensagem positiva, pois sou muito inteira em tudo que faço, seja nas questões familiares ou no serviço. Penso que a vida faz que tenhamos armadilhas em nossa caminhada, porém nos dá inúmeras chances de modificar esta opção. Quando gostamos do que fazemos e vemos o lado positivo das coisas, os problemas se amenizam. ♦

Na nossa turma tem
Tia Ana Maria
que sempre diz: bom dia!

Tem o Pedro
que cortou o dedo.

Tem a Paloma
que tem um bom aroma.

Tem o Yan
que corre de manhã.

Tem a Thamirys
que olha para o arco-íris.

Tem a Juliana
que come banana.

Tem o Diego
que é cheio de segredo.

Tem a Larissa
que é belíssima.

Tem o Alessandro
que é muito malandro.

Tem o Fabrício
que não tem vício.

Tem a Mayara
que parece uma arara.

E tem a Nathália
que venceu a batalha. ♦

Niteroy Aísó

MÁRCIA NOEMIA PEREIRA GUIMARÃES

Professora de Geografia do Ensino Médio da Rede Estadual do Rio de Janeiro e do Curso de Pedagogia da Unifeso/Teresópolis

Os índios me chamavam Niteroy que, em tupi, quer dizer água escondida.

Bandas de Além Mar e depois Praia Grande eram o jeito português e carioca de me chamar. Por volta de 1550, os franceses invadiram as nossas praias, as nossas matas e construíram uma pequena fortificação em Jurujuba. Tempos depois, os portugueses ergueram a Fortaleza de Santa Cruz.

Tenho muitas praias e pequenos morros. Já tive muitos mangues e restingas, que o crescimento urbano tem destruído. Quem vai começar a contar minha história é um menino índio. O ano em que estamos é o de 1580.

–Anauê! Eu sou Mamenoaçu. Sou um temiminó com muito orgulho, descendente de Maracajá-guaçu. Meu povo veio para Niteroy em 1573.

Meus antepassados ajudaram os portugueses a expulsar os franceses e seus amigos, os índios tamoio do Rio de Janeiro.

Os tamoio não eram lá muito nação amiga, mas eram bravos guerreiros. Conta a minha avó que foram eles que obrigaram a nossa nação a sair da ilha de Paranapuan e migrar para o Norte.

Por essa empreitada, El-rei de Portugal ofereceu uma sesmaria à Cobra feroz – meu avô Araribóia – aqui na Banda de Além Mar.

O desejo do meu povo era voltar do norte para a nossa Paranapuan, mas ela tinha sido doada para o governador. Paranapuan não era mais dos temiminó e passou a ser conhecida como Ilha do Governador.

Aqui nas Bandas de Além Mar muitos fazendeiros de cana-de-açúcar não gostaram nada da idéia de termos terras para viver e preservar nossos costumes.

Os brancos, caraybas, trocaram o nome do meu avô para o de Martim Afonso de Souza, pois um abá-guaçu – um guerreiro ilustre – não podia ter nome de índio.

À nossa aldeia deram o nome de São Lourenço dos Índios. Não gostei nada, pois queria que ela e todas as coisas do mundo fossem na língua da gente, o tupi.

Os jesuítas nos catequizam num nhem-nhem-nhém sem fim, rezam missa na capela bonita e singela de São Lourenço, erguida aqui em nossa aldeia.

Gosto de Niteroy. Aqui tem muitos bichos, praias e muito caá (mato). Eu e outros curumins gostamos de jogar petek, nadar nas praias e ver os botos passeando nas águas salgadas da Guanabara. Mas meus passatempos preferidos são: pira manhangaba (pescaria) nas praias do gragoatá e olhar os vôos das atis (gaivotas) nas praias do ingá.

Ah! Nós, os meninos, gostamos de sair em companhia dos guerreiros para caçar paca, tatu, preás, jacu e anajé em Itacoatiara e Itaipuaçu. Voltamos quando Aram (Sol) some e Airiquecê (Lua) aparece. Chegar à aldeia é uma festa. Comemos tapioca, ficamos em volta da fogueira vendo o céu estrelado, escutando, lá longe na escuridão, o pio da aondê e o rosnar feroz do gato maracajá. Gosto muito daqui.

Aqui é terra de abaetetuba. Niteroy aísó.

Vamos dar um pulo no tempo. Estamos em 1819 quando passei a ser uma vila por decisão do rei D. João VI. Praia Grande por sua largueza foi o local escolhido para a sede da vila.

30

Mas foi em São Domingos, que a vida urbana começou. Neste povoado havia um antigo ancoradouro de barcos que iam e vinham do Rio de Janeiro.

São Domingos, com sua bela vista, atraiu muita gente chique. Os ricos, os fidalgos e afortunados das bandas do Rio de Janeiro possuíam chácaras neste sítio. Eles vinham veranejar e se divertir nas bandas de cá.

Até mesmo a família real construiu ali um palacete e molhou seus pezinhos reais nas praias do Gragoatá.

Agora sou uma vila importante, a Vila Real da Praia Grande. As autoridades trataram de me deixar com cara de cidade por meio dos planos urbanos: abriram novas ruas; construíram edifícios públicos e alguns locais passaram a ter iluminação. Pequenas fábricas e casas comerciais surgiram e passei a receber moradores de diferentes partes de outras terras.

Fiquei tão importante, que em 1834 passei a ser capital da Província do Rio de Janeiro. Nictheroy passou a ser o meu nome definitivo.

Agora Minduim continuará contando a minha história. Será que você pode adivinhar em que ano estamos?

—Olá! Moro aqui em São Lourenço, a antiga aldeia dos índios, que há muito deixou de existir. Suas terras foram invadidas por fazendeiros e parte delas foi vendida pelos próprios temiminós.

Moramos bem pertinho da igreja de São Lourenço. Aqui moram pessoas

descendentes dos índios. Moram brancos, pobres e negros, forros da nação Moçambique, os bantos. Posso dizer que sou uma mistura de cor, sabor e som. Sou da cor do amendoim torrãozinho, daí meu apelido, Minduim. Gosto de comer tapioca e tocar agogô. Em tupi, eu sou um abá pixuna ceruna (mulato).

Conheço outras palavras em tupi: arapuá é uma abelha redonda; arapuca, é uma armadilha para aves; babaquara, uma pessoa tola, e ipanema, lugar fedorento.

Ah! Sei algumas em banto: batuque, um ritmo cadenciado, balanha, um pântano; kizomba, uma festa ou um ritmo musical dançante, e kanimambo é a palavra mais importante em banto, pois quer dizer: OBRIGADO.

Trabalho com minha família fazendo potes de cerâmica para vender e, quando eu crescer, serei um pescador para ficar dias e dias pelas águas da baía da Guanabara.

Aqui em São Lourenço não há escola, comércio nem ruas certinhas e desenhadas como as da Praia Grande, por isso gosto muito de passear no centro da cidade.

Hoje é um dia especial aqui em Nictheroy, pois a vila será elevada à capital da Província e virá muito político para dizer nhem-nhem-nhém

No sábado, eu e meus amigos pegamos uauça (caranguejo) no mangue; mas, no domingo, tenho que ir à igreja da Conceição. Terminando a missa vou até São João de Carai. Lá ando pela restinga deserta, subo nos cajueiros, atravesso o arco da pedra de Itapuca, corro em direção às barreiras vermelhas da Boa Viagem e, lá do alto, olho o horizonte, o céu — longe avisto a grande pedra pontuda do lado de lá da baía da Guanabara. Na ponte de São Domingos avisto as faluas (antigas barcas) indo e vindo do Rio de Janeiro.

Xi! Já é tarde, o sol já se pôs no oeste. É hora de voltar para casa, o pessoal da congada está me esperando para tocar ganzá.

Em São Lourenço tem kizomba e Praia Grande está em festa.

No fim do século XIX, como eu estava diferente! Demolir, planejar, construir e remodelar eram o lema das autoridades que me governavam.

Nessa época, a estação da Cantareira saiu de São Domingos para a Praia Grande, próximo à Rua da Conceição, e o movimento de gente em direção ao Rio de Janeiro aumentou.

Derrubar casas velhas, construir uma linha de bondes elétricos, iluminar mais a cidade estavam no Plano Urbano. Mas a população ainda sofria com vários tipos de doenças, por isso aterrar mangues, fazer mais saneamento e vacinar a população era preciso.

Nessa época, eu já era famosa pela minha indústria naval, fundada pelo visconde de Mauá na Ponta da Areia, e minha população havia aumentado.

Com tantas obras, normas e leis, ficou complicado morar no Centro da cidade. As pessoas pobres começaram a morar nos morros próximos ou mais distantes do centro, como os morros Souza Soares, Atalaia e Boa Vista.

Quem irá prosseguir contando a minha história é a infanta Dona Januária Ferreira de Almeida Bragança Varella Moulin.

–Como já fui apresentada, podem me chamar de Jajá. Tenho onze anos, moro no Largo do Marrão e minha casa tem 32 janelas. Grande, não? Tenho dois irmãos e meus antepassados foram fidalgos portugueses e franceses.

Falo francês e estou aprendendo alemão. Tenho aulas de boas maneiras, bordado e piano. Pretendo dar um concerto no Teatro Santa Tereza (atual Teatro Municipal), e meu plano futuro é estudar na Escola Normal aqui em Niterói.

Estou muito feliz, pois vamos receber a visita do tio Nicolau, que é professor de História Natural na Universidade do Brasil. Ele passará uns dias em minha chácara e irá nos levar a passear para dar aulas ao ar livre.

O melhor passeio é ir até as restingas desertas de Itacoatiara e Itaipu. Aí subimos os sambaquis (cemitérios indígenas). Durante o passeio, tio Nicolau nos explica que é muito importante preservarmos esse patrimônio cultural.

Andamos pela beira da praia e, no meio da vegetação, meu tio, em seu tom professoral, nos ensina:

- Estamos em meio a uma vegetação de restinga, típica destes terrenos arenosos. Observem bem crianças.

Logo em seguida, fala da flora nativa:

- Isso é uma palmeira ori, este é um ingazeiro, ali vemos um taquari e um pé de gravatá espinhoso. Acolá está um cardo e uma iuca pontiaguda. Olhem os cactos, crianças!

No dia seguinte, tio Nicolau nos levou à restinga de São João de Caray. Também é outra diversão. Subimos nos cajueiros, colhemos pitangas, recolhemos cavalos marinhos e conchinhas nas areias brancas. Molhamos nossos pés nas águas limpas da praia. Ficamos exaustos, sujos. Nossa andança termina próximo à Rua da Estrela – atual Mariz e Barros. Que passeio legal!

Na volta, entramos na rua da Constituição – atual Miguel de Frias – e, em frente ao Asilo Santa

Leopoldina (Colégio São Vicente), havia muita gente aglomerada. Gente elegante. Trés chique! Uma bandinha alegre tocava, e de uma linda carruagem desceu um senhor com barba e cabelos grisalhos. Espantada, sussurei para meu tio:

- Mon Dieu, será o imperador do Brasil?
- Salve o imperador! Salve o imperador do Brasil em Niterói! - gritaram todos.

Epa! Vamos dar outro pulo no tempo, pois essa história de imperador, conde, barão, sinhazinha, escravo e província, não existe mais.

Meses após a visita do tio Nicolau, os marechais proclamaram a República. As Províncias passaram a ser Estados e, estes, divididos em municípios.

A cidade do Rio de Janeiro era, sozinha, o Estado da Guanabara e eu, um município importante, pois continuava capital, não mais da Província, mas do Estado do Rio de Janeiro.

Porém, em 1975, as autoridades resolveram unir o Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara. Chamaram isto de fusão. Hoje sou apenas um município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Perdi a condição de capital para a cidade do Rio de Janeiro.

Com a construção da ponte Rio – Niterói, minha população aumentou bastante. De manhã e no finalzinho da tarde, nas barcas, é um vai e vem que parece não ter fim, de gente daqui para lá e de lá para cá.

Mudei muito, não sou mais aquela pequena e pacata povoação. Estou com

cara de cidade grande. Minha vida é muito agitada: pessoas apressadas indo e vindo a todo o momento, sempre com coisas para fazer. Não é mais costume pessoas colocarem cadeiras nas calçadas para prostrar noite adentro; crianças brincando nas ruas; o burburinho das mulheres sobre as novidades trazidas do Rio de Janeiro, as congadas, os bondes e tantas outras coisas boas da vida.

Quem vai falar como estou agora é um menino alegre e esperto que me conhece bastante. Estamos no ano de 2006.

—Olá! Eu me chamo Jhony. Meus avós vieram para Niterói logo depois da construção da ponte em 1974. Tenho doze anos, nasci aqui e moro no Morro do Estado.

Quando não estou na escola, estudando ou ajudando minha mãe nas tarefas de casa, o meu passatempo preferido é jogar pelada na praia de Icaraí. Ah! Me amarro também em soltar cafifa aqui no morro. Caraca! É muito maneiro.

Nós adoramos quando vem visita de fora aqui em casa. O pai me diz assim:

- Jhony, leva seus primos e tios para passear e conhecer a cidade, meu filho.

Levo-os para passear no Campo de São Bento, nas praias e no Museu de Arte Contemporânea, que é muito, muito legal. Ah! Vou aos cinemas da cidade com os meus primos e nos fins de semana vamos para as praias oceânicas, pois as da baía, Icaraí, Boa Viagem, Gragoatá, estão meio poluídas. Que pena!

Conheço minha cidade como a palma de minha mão, mas não pensem vocês que fico por aí dando bobeira. Eu a conheço pelos mapas. Neles, com a ponta dos dedos, eu vou do Leste (Itacoatiara) ao Oeste (Gragoatá), do Norte (Muriqui) ao Sul (Piratininga).

Dizem que o Rio de Janeiro é maravilhoso, mas minha cidade é aisó, uma palavra em tupi que significa FORMOSA. Os antigos habitantes índios deviam dizer: Niteroy Aisó – Niterói é formosa.

Sou praiano, papa-goiaba, fluminense com certeza. Chamam-me, às vezes, de carioca. Xi, nem pensar!

Sou Niteroy, Praia Grande, já fui até Nictheroy, não importa. Sou mesmo é das bandas de além mar onde “água escondida”, cá para nós, aqui não existe mais. ♦

aluno-cidadão

“A CASA”

Era uma vez uma família que morava perto do zoológico.

Um dia, a girafa com um pescoço grande fugiu do zoológico e foi para a minha casa.

Meu pai e eu tivemos a idéia de cuidar da girafa. Eu coloquei um chapéu nela porque estava chovendo e botei a girafa dentro de casa.

Eu e minha irmã esperamos a chuva passar e devolvemos a girafa para o zoológico. ♦

THAÍS SANTOS BENTO
Turma F5C, E.M. Vera Lúcia Machado

Cidadania pela Música

Em Niterói, educação, arte, cultura e cidadania são áreas de formação obrigatórias nas escolas. Desde 2001, o Projeto Aprendiz – Música na Escola ensina música clássica nas unidades municipais de educação para crianças e adolescentes, numa exitosa parceria entre as Secretarias Municipais de Educação e de Cultura. Após apresentações marcantes em espaços como Museu de Arte Contemporânea (MAC), Teatro Municipal de Niterói e Teatro da Universidade Federal Fluminense (UFF), dentre outros, um novo desafio apareceu para quatro integrantes do Aprendiz: tocar ao vivo numa peça teatral. Em 2004, outro projeto de iniciação musical, este mais voltado para a cultura brasileira, surgiu na Rede Municipal de Educação: o “Cateretê nas Artes”, que, em tupi-guarani, significa “aquele que é bom”. Atualmente, quatro alunos do Cateretê são destacados músicos que tocam trompete, flauta transversa, sax tenor e clarineta. Com histórias de vida parecidas, os alunos do Aprendiz e do Cateretê, oriundos de áreas populares da cidade, vivenciaram estes dois projetos de resgate da cidadania.

O APRENDIZ

Atualmente, o Projeto Aprendiz se desenvolve em dez unidades escolares: Mestra Fininha (Barreto), Levi Carneiro (Sapê), Eulália da Silveira Bragança (Jacaré), Maestro Heitor Villa-Lobos (Ilha da Conceição), Francisco Portugal Neves (Piratininga), Diógenes Ribeiro de Mendonça (Pendotiba), Sítio do Ipê (Pendotiba), José de Anchieta (Morro do Céu), Honorina de Carvalho (Pendotiba) e Altivo César (Barreto). Cinco são os núcleos do projeto: **musicalização** (1º ao 3º ano de escolaridade) e, a partir do 4º ano, **coral**, **cordas** (violino, violão e violoncelo), **sopros/percussão** (flauta transversa, clarineta, trompete, trombone, tuba, trompa, agogô, triângulo, pandeiro, pratos, reco-reco, surdo, caixa de guerra, etc) e **flauta doce** (soprano, contralto, tenor e baixo). No início, eram 270 alunos cantando e tocando instrumentos. Hoje, o projeto cresceu e se desenvolveu, envolvendo cerca de 2.000 aprendizes, tendo à frente os maestros Márcio Paes Selles e Bernardo Bessler. O projeto conta até mesmo com um luthier, que atua no reparo, na manutenção e na construção dos instrumentos musicais utilizados pelos estudantes, adequando-os às suas necessidades específicas. Prova inequívoca do crescimento é que alguns alunos já tocam em projetos como o Villa-Lobinhos e os professores são renomados profissionais da Orquestra Sinfônica Nacional, Orquestra Sinfônica Brasileira e Pró-Música.

A PEÇA

Os ensaios, que aconteceram no Solar do Jambreiro, no Ingá, duraram aproximadamente um mês. Os escolhidos pelos coordenadores do Projeto Aprendiz para a apresentação ao vivo na peça “Theatro das Virtudes”, com a Companhia de Teatro da diretora e atriz Sura Berditchevsky, foram os alunos Daniel Silva, de 18 anos (violoncelo); João Vitor Miranda, de 17 anos (viola); Diogo Cordeiro, de 16 anos (violino) e Lauro Lira Lopes, de 13 anos (flauta). Os três primeiros participam da Orquestra Jovem do Aprendiz e o último estuda música na Escola Municipal Honorina de Carvalho, em Pendotiba. A ponte para que os estudantes pudessem se apresentar no palco do Teatro das Artes, no Shopping da Gávea, no Rio, foi o Coordenador do Núcleo de Flautas e Sopros do Projeto Aprendiz, Rodrigo Belchior, que também é o diretor musical do espetáculo. “Temos no elenco 16 atores-mirins, que fazem os bichos; o também monitor do Aprendiz Diego Soares, que toca piano; além dos quatro alunos do Aprendiz, que permeiam as falas com os instrumentos, caracterizando os sons. É a terceira temporada de lotação esgotada. A crítica especializada nos elogiou bastante, inclusive a Barbara Heliodora”, conta Belchior.

De acordo com Rodrigo, que é professor do Projeto Aprendiz desde setembro de 2005 e que também coordenou o Projeto Villa-Lobinhos, a integração dos atores com a música é a parte mais interessante da peça. “É uma total interação dos instrumento com o corpo dos atores”, afirma ele, formado pela UNIRIO em

Música. “Os alunos escolhidos são muito bons, pegaram rápido todas as músicas. Eles cumpriram duas etapas: estudo e preparação musical, trabalharam em casa e afinaram nos ensaios”, conta. A peça, apresentada aos sábados e domingos, às 16h, foi entremeada por canções dos Beatles. “A Sura, diretora da peça, havia escutado um CD dos Beatles para crianças. Aquilo ficou em sua mente e ela resolveu partir para a ação. O resultado foi uma mistura musical muito legal. O interessante é que as músicas não costumam o espetáculo, elas são a peça. Os atores olham para os músicos, dão sinais para suas participações, há uma troca. Há imagens em datashow num telão e o cenário interage com eles”, diz Rodrigo, nascido no bairro carioca de Santa Teresa, celeiro de virtuosos culturais.

AS ESTRELAS DO ESPETÁCULO

Daniel Silva, Violoncelo

“Quer saber a verdade? Foi minha porta de entrada para a sociedade, me encontrei no Projeto Aprendiz. Confesso que eu era o aluno mais levado da classe e, fazendo música, me tranquilizei. Meu pai foi músico e meu tio ainda toca na Marinha. Quero seguir esta profissão, assim como meus parentes. Quando assisti pela primeira vez a um concerto na UFF, fiquei vidrado com o solo do violoncelo e decidi que era isso que eu gostaria de seguir na minha vida. Hoje sou concertino da Academia Petrobras Sinfônica. Adoro o violoncelista Antônio Menezes, pois o considero um dos melhores do mundo, e também Bach”.

João Vitor Miranda, Viola

“É muito interessante termos contato com outros mundos do meio artístico, afinal eu também quero seguir nesta profissão e torna-se importante conhecermos teatros e outros locais onde podemos tocar. É minha primeira experiência fora do Projeto Aprendiz e quem diz que não dá um frio na barriga está mentindo! Sou muito fã de Beethoven. Como pode um cidadão surdo fazer obras-primas como ele apresentou ao mundo? Vivaldi também faz minha cabeça”.

Diogo Cordeiro, Violino

“Estou há cinco anos no projeto e agradeço bastante aos professores nos quais me espelho: maestro Bernardo Bessler, do Projeto Aprendiz, e o professor de violino da Orquestra da Grotta e também do Aprendiz, Walter Caldas. Mas fico babando mesmo é com a história de vida do Mozart. Como pode ter tanta inspiração? Desde os sete anos, ele passou a compor suas obras! Ainda não tive oportunidade de assistir ao filme ‘Amadeus’, mas adoraria. Também acho Beethoven um gênio da música”.

Lauro Lira Lopes, Flauta

“Agradeço a Deus a existência do Aprendiz, onde estou há três anos. Sou o mais novo dos quatro que tocam na peça e, mesmo assim, já estou aprimorando meu segundo instrumento, pois toco violoncelo e flauta.

Se pudesse, queria aprender todos! Brincam muito comigo, dizendo que eu adoro a hora do lanche, mas essa também é uma das coisas boas do projeto, né? Além de Vivaldi e Mozart, considero Pixinguinha um virtuose. E era brasileiro!”.

Músicas dos Beatles que os alunos tocam na peça:

- Carry That Weight;
- Get Back;
- Here, There and Every Where;
- Hey Jude;
- Lucy in the Sky With Diamonds;
- Martha My Dear;
- Please Please Me;
- She’s Leaving Home;
- Yellow Submarine;
- Yesterday;
- O bla di;
- Michele.

O CATERETÊ

O Cateretê nas Artes é um projeto que abrange o ensino de diferentes instrumentos musicais, como violão, flauta, trombone, entre outros, além de coro, teatro e danças folclóricas, envolvendo crianças e adolescentes entre 4 e 19 anos, matriculados em unidades escolares da Rede Municipal. O objetivo é ampliar a formação de cidadãos, por meio da iniciação artística, da formação estética e do desenvolvimento da sensibilidade, com ênfase na cultura brasileira. Por vezes, o Cateretê descobre novos talentos na música, na dança e no teatro entre os seus integrantes. Os participantes do projeto desenvolvem e aprimoram seus dotes artísticos, bem como conhecem a cultura e a história da Cidade de Niterói, do Estado do Rio de Janeiro e do País. As atividades realizam-se no Centro de Artes da Educação Maestro Tom Jobim, da Fundação Municipal de Educação (FME), localizado no Parque Palmir Silva, no Barreto.

Inicialmente, cerca de 150 crianças integravam o Cateretê. Desde então, mais de 600 crianças e jovens, preferencialmente das escolas municipais, oriundos de diversas comunidades niteroienses, já participaram do Cateretê, numa clara demonstração do êxito do Projeto. No início, os pais de alunos não entendem o alcance do projeto e reclamam do “barulho” que as crianças fazem em casa com os instrumentos, já que eles têm a oportunidade de ensaiar em suas residências. Depois, geralmente após assistir a uma apresentação pública, eles passam a perceber tudo o que envolve o Cateretê.

Tanto é assim, que as Mães do Cateretê já constituem hoje um grupo com identidade própria, que acompanha e incentiva o Projeto, chegando a atuar voluntariamente em certas ocasiões. Por se realizar numa área que é considerada como patrimônio ambiental da Cidade, os alunos do Cateretê também desenvolvem ações que estimulam a consciência ambiental, como garante Josephina Carneiro, coordenadora artística do projeto: “Os estudantes também ajudam a preservar o Parque Palmir Silva. Eles têm essa consciência ecológica. Para eles, o local é muito mais do que um lugar de passar o tempo”, confirma.

Assim como o Aprendiz, o Cateretê também já realizou grandes apresentações, no Teatro da UFF, no Teatro Municipal e no Teatro do Colégio Salesiano, entre outros espaços. O projeto já rende frutos a olhos vistos, sendo reconhecido pela Cidade como uma das referências de formação cidadã através da arte.

Mudanças de Vida

Hugo, Lucas, Gabriel e Yago possuem histórias de vida parecidas. Moradores do bairro do Barreto, em Niterói, eles conheceram na comunidade – através das suas unidades escolares – um projeto que ensinava um instrumento musical e resgatava valores da cultura brasileira. Inicialmente, tinham apenas um pequeno conhecimento musical, mas atualmente são destacados músicos que tocam, respectivamente, trompete, flauta transversa, sax tenor e clarineta.

Josephina Carneiro salienta que a mudança de comportamento dos alunos é notória. De acordo com a coordenadora artística do Cateretê, que é professora de música e flautista, eles tinham pouca noção de cultura brasileira, além de possuírem frágil auto-estima e pouca auto-confiança. “A música é um recurso a mais para suas vidas, inclusive pode servir futuramente para pagar uma faculdade ou servir de recurso para mais estudos no setor. Eles melhoraram a sociabilidade com os colegas, conversam sobre canções e partituras em comum, respiram o projeto. Nossa cultura é ligada ao que somos, ensinamos cidadania através do resgate dos valores nacionais, destacando que a musicalidade brasileira adveio das culturas indígena e africana. É a educação através da música”, afirma.

Educação social com pitada de brasilidade

O projeto tem como pano de fundo, essencialmente, a arte nacional. “Não sou contra o que vem do exterior, mas não podemos perder nossa história musical. Lá fora, o Brasil é moda e nós mesmos não reverenciamos nossa cultura!”, reclama Josephina. De acordo o coordenador administrativo do programa, André Vallin, quem vê de longe o Cateretê não dimensiona exatamente sua importância. “Eu mesmo, quando cheguei, não percebi de imediato a importância do projeto. Mas depois enxerguei que ele representa a única saída para alguns alunos vivenciarem certas culturas. Além do mais, como todos

os participantes do Cateretê, tenho paixão pelo verde e amarelo”, salienta.

Porém, a política social do Cateretê não pára, como explica Josephina: “Outro dia três irmãos adentraram a casa que abriga o projeto. Eles chegaram lá maltrapilhos e verificamos que eles sequer estudavam em alguma escola. Eu não podia negar uma oportunidade de vida a essas crianças! Na outra semana, eles já estavam com roupas novas e muita vontade de aprender, somente com a convivência daquele primeiro dia com os outros alunos”.

O Cateretê busca se atualizar, ressalta Josephina, lembrando a importância do workshop com pífaros realizado com o multiinstrumentista Carlos Malta e o I Seminário Interno do Cateretê, realizado no início de 2007.

Frutos do Projeto

TROMPETE

Hugo Félix da Silva - 14 anos

E. M. Altivo César

“Estudo de manhã e à tarde acabava não fazendo nada, só via televisão. Hoje tenho uma atividade extra, além da escola. Obtive um ótimo conhecimento musical, principalmente sobre partituras, pois não sabia nada sobre o assunto”.

FLAUTA TRANSVERSA

Lucas Assumpção Paiva - 14 anos

E. M. Altivo César

“Eu só fazia teatro à noite e agora também faço música. Aprendemos, inclusive, sobre cultura brasileira. Agora

percebo nossas origens africanas e a importância de preservar essa herança. Antes, eu nem sabia o que era flauta, mas agora acho que estou tocando bem. Quando o projeto iniciou, não tinha vaga para todos, mas persisti e consegui meu lugar. Temos de brigar pelo nossos objetivos”.

SAX TENOR

Gabriel Bom - 19 anos

Liceu Nilo Peçanha

“Cheguei aqui através de um amigo do bairro. Aprendo muito sobre canções brasileiras, que não são mais tocadas nas rádios. Percebi como é rica a nossa música e a nossa cultura. Eu já tocava guitarra e violão, além de cantar. Quando iniciei no projeto, levei o instrumento para casa e tive vontade de aprender rapidamente. Isso ocupa nossas mentes com coisas boas”.

CLARINETA

Yago de Mello - 14 anos

E. M. Altivo César.

“Eu tenho certeza que minha cultura cresceu rapidamente. Eu já fazia outro projeto que não resgatava os valores do povo brasileiro como o Cateretê. Antes, eu gostava de hip-hop e rock, músicas internacionais. Agora adoro música brasileira, aprendi a ver as coisas do meu país!” ♦

aluno-cidadão

“ADOÇÃO, UM DESTINO EM SUAS MÃOS”

Em orfanatos existem crianças que também sonham, mas sonhos diferentes: um deles é ter uma família

e muitas vezes esse sonho nunca se realiza porque os casais querem crianças que ainda são bebês e raramente as crianças mais velhas são adotadas. Cinquenta por cento das vezes, essas crianças são adotadas para trabalhar como empregados e fogem para as ruas: vão roubar e até matar. Começam a cheirar cola para enganar a fome. Mas também existem pessoas que realizam os sonhos dessas crianças: adoção. É um ato lindo das pessoas que desejam ser pais e não podem.

Nos orfanatos, muitas vezes, as crianças são felizes porque olham as pessoas que lá vivem como sua família, mas no fundo elas queriam ter um pai, uma mãe e irmãos para, no seu aniversário, acordá-las com um beijo. No Natal, sonham com todos os seus amigos, pai, mãe, irmão, avó, tios etc...

Há mulheres que abandonam recém-nascidos em lixeiras, em maternidades, atrás de rodas de carro, dentro de latão de lixo, com o risco de morrerem no compressor do caminhão de lixo. Isto é um ato monstruoso! No entanto, existem também mulheres que sonham em ter filhos e não podem. Tentam adotar e não conseguem por não terem condições financeiras, embora tenham muito amor. Acontece muitas vezes, como já falei: pessoas erradas adotam e fazem dessas crianças escravas.

Temos que rezar muito por essas crianças que desejam ter uma família!

Há pessoas que gastam fortunas com animais: com roupas, comida, veterinário e fazem até festa de aniversário e casamento para o cachorrinho, como aquela conhecida senhora da sociedade carioca. Isto é um absurdo!!! Os cidadãos desse país têm que acordar para a vida e para a realidade. Essas crianças, assim como nós, estudantes desta escola, também são o futuro do Brasil! ♦

FLÁVIA DA SILVA DE ANDRADE,

9º Ano - Turma E, E. M. Rachide da Glória Salim Sacker

1ª Colocada no Concurso de Redação da Subsecretaria de Adoção da Prefeitura de Niterói /Organização Não-Governamental Quintal da Casa de Ana

LI E GOSTEI...

PROFISSIONAIS das escolas municipais RECOMENDAM LEITURAS

PROF^a CARMEN LUIZA B. OLIVEIRA

E. M. Professor Horácio Pacheco

Título: Menino Nito

Autor: Sônia Rosa

Editora: Pallas

O livro aborda antigos preconceitos machistas, como a idéia de que “homem não chora”, centrando o enredo no menino Nito e seus pais; mostra também, de forma sensível, como a família lidou com tais situações e superou o preconceito.

PROF^a ADRIANA LIMA

E. M. Paulo Freire

Título: Duas dúzias de coisinhas à-toa que fazem a gente feliz.

Autor: Otávio Roth

Editora: Ática

Trata-se de um livro cativante, por sua poesia e simplicidade, muito bom para refletirmos sobre o valor das pequenas alegrias. As crianças adoram! E eu também...

PROF^a LUCIENE JULIACI

E. M. Ayrton Senna

Título: Sem Asas ao Amanhecer

Autora: Luciana Scotti

Editora: O Nome da Rosa

Sem Asas ao Amanhecer é um título bastante sugestivo. A autora faz um panorama de antes e depois do acidente que sofreu e vê que, num passe de mágica, não tem mais as “asas” que tinha e “chora” pelo que viveu. Um acidente, e tudo muda... A vida se transforma e é preciso lutar para

sobreviver. Foi importante ler este livro porque abri os olhos para dar valor à vida e a cada momento que vivo, exaltando a beleza de viver. Este livro mostra o valor que devemos dar às simples coisas que a vida nos proporciona. Coisas simples que, quando perdemos, sentimos muito. Citando a autora: “Perdi a voz, mas as palavras presas no meu corpo não estão mudas. São palavras de todos os tipos: revoltadas, esperançosas, desesperadas, amorosas, infelizes, agradecidas... Se elas fossem pássaros, eu diria que estão batendo asas dentro de mim.”

PROF^a ARMINDA B. DA FONSECA PAULA

E. M. Maestro Heitor Villa-Lobos

Título: Zoom

Autor: Istvan Banyai (tradução de Gilda Aquino)

Editora: Brinque-Book

Adoro o livro Zoom, pois é uma obra com imagens que pode ser lida tanto de frente para trás, como de trás para frente. Ele convida leitores de todas as idades a uma experiência incrível. As imagens são bem coloridas e surpreendentes, criando a sensação de que o leitor está se distanciando ou se aproximando, cada vez mais rápido, de cada página. O livro apresenta uma concepção de leitura dinâmica e crítica. Caminhando através de probabilidades, onde nada é garantia de nada, estimula a curiosidade e atitudes investigativas em quem o lê, pois leva a perceber que não é possível fazer afirmações absolutas sobre o que se está lendo. Cria oportunidades para cada leitor reagir diferentemente e atribuir sentidos ao texto, levando para o momento

da leitura a sua forma de pensar, sentir e viver; possibilitando, assim, o confronto das soluções apresentadas, aprofundando a reflexão e ampliando o desenvolvimento das habilidades de leitura, enfim, levando o leitor a identificar os limites que o texto impõe à interpretação.

É, também, um excelente recurso pedagógico para os professores alfabetizadores, que estão atentos à importância de se discutir diferentes olhares e de oferecer diferentes gêneros aos seus alunos. Portanto, recomendo-o a todos os leitores que gostam de desafios e de construir novos olhares.

PROF^a MAÍRA CARRARA OLIVEIRA

E. M. Sítio do Ipê

Título: Novas Seletas

Autor: João Cabral de Mello Neto

Coordenação: Laura Sandroni

Organização, apresentação e notas: Luiz Carlos Azevedo

Ensaio: Carlito Azevedo

Editora: Nova Fronteira

O livro reúne a poesia de João Cabral com comentários que tentam esmiuçar sua obra. João é poeta-engenheiro, gosta de construir as palavras com perfeição. Seu lirismo é seco como o chão do sertão. É necessário. Morte e Vida Severina, obra que consagrou este mestre da literatura brasileira, interpretada nos palcos e na televisão, traz um dos melhores retratos do nordeste brasileiro e está presente nesta coletânea.

PROF^a TANIA LUCIA PAIXÃO

E.M. Tiradentes

Título: Teatro em comunidade - Laboratório

Autor: SEPAC (Serviço à Pastoral da Comunicação)

Editora: Paulinas

Indico a leitura deste pequeno, porém significativo, manual a todos os aficionados (ou não) pelo teatro. Com uma leitura muito facilitada pela didática, o mesmo encerra em suas breves páginas todos aqueles elementos fundamentais para uma boa e agradável aula sobre o assunto. Capaz de elucidar, o leitor também encontrará na obra elementos suficientes para a montagem de um belo espetáculo estudantil. Este livro também aborda aspectos metodológicos e alternativas necessárias a um bom Projeto Pedagógico. O primeiro capítulo trata da teoria propriamente dita, com um encadeamento de muita eficácia. No segundo capítulo, são dados aqueles “toques” para um bom desenvolvimento do Projeto, com o objetivo de primar pela qualidade dos trabalhos e relacionamentos, o que muito enriquece a obra. Quando se trata do terceiro capítulo, toda a ação de representar é esmiuçada. No quarto capítulo, encontraremos definições dos diversos papéis no teatro. Por fim, tem-se uma conclusão apoiada em bibliografia, com obras recomendadas para um embasamento necessário ao trabalho acadêmico. Assim, recomendo este livro como grande auxiliar ao professor que deseja, dentro da modalidade de sala de leitura, trabalhar vários conteúdos com seus alunos, podendo contagiá-los pelos caminhos prazerosos da leitura.

PROF^a SHEILA CONCEIÇÃO S. LIMA
E. M. Djalma Coutinho
Título: Os Borodins - Guerra e Paixão
Autor: Leslie Arlen
Editora: Record

A obra trata de um dos períodos mais fascinantes da história da Rússia: o fim do Czarismo e o início da Revolução Bolchevique e sua consolidação. É a saga de uma família imperial da Rússia, os Borodins, tendo como personagens principais Piotr, o primogênito da família, e Judith, sua amada judia, condenada pelo regime ao exílio na Sibéria. Enquanto perdurava a chaga social que afastava Piotr e Judith, consolidava-se a fenda que dividiria a Rússia e daria ao Império Russo novas características, novos posicionamentos e novos horizontes. A leitura prende o leitor do primeiro ao último capítulo, proporcionado a sua participação em cada movimento, em cada invasão, em cada flerte, em cada romance, que constituem a decadente Rússia Czarista. ♦

aluno-cidadão

“A ESCOLA ONDE ESTUDO”

A escola onde estudo
se chama Mestra Fininha.
Ela é pequenininha
e ao mesmo tempo muito bonitinha.

Ela tem muitas criancinhas
que são especiais.
Tenho certeza que essa escola
é demais.

Na escola tem a professora de leitura
que se chama Alcilene.
Ela nos ensina
de uma forma diferente.

Na escola tem aula de informática
e de Educação Física.
Gosto muito dessas aulas!
São as minhas preferidas...

Essa escola me ensina
a ser alguém na vida.
Quando sair daqui
vou ser muito agradecida. ♦

AMANDA ALVES DE CARVALHO,
E. M. Mestra Fininha

Caminhos e descaminhos da Pedagogia Hospitalar em busca de uma educação impregnada de sentido

ANA LÚCIA TAROUQUELLA SCHILKE

Professora de Ensino Fundamental e Coordenadora-Adjunta de Educação e Saúde da FME

Atendimento educacional hospitalar na rota da história

O atendimento educacional à criança hospitalizada é hoje obrigatório em todos os hospitais e ainda pouco conhecido e discutido, tanto na academia como na sociedade em geral.

A primeira ação educativa hospitalar de que se tem notícia no Brasil surgiu em 14 de agosto de 1950, no Hospital Jesus, no Rio de Janeiro. Durante os anos seguintes, esta ação apresentou crescimento, acontecendo também no Hospital Barata Ribeiro, mas ainda não contava com nenhum vínculo ou regulamentação oficial. Os diretores destes dois hospitais procuraram o órgão responsável do antigo Estado da Guanabara, na tentativa de regulamentar este serviço.

Deste movimento surge a vinculação do atendimento educativo com a Secretaria de Educação, denominado “Classe Hospitalar”, sendo reconhecida como modalidade da Educação Especial e tendo por objetivo propiciar o acompanhamento curricular do aluno quando este estiver internado. É importante ressaltar que, nessa ocasião, a poliomielite era responsável por grande parte dos casos de internação de crianças. Com isso, o eixo do atendimento nas classes hospitalares girava em torno dos deficientes físicos. Talvez seja este o motivo pelo qual a ação educativa hospitalar é entendida hoje como uma modalidade da Educação Especial.

Ao pontuarmos, brevemente, a história da classe hospitalar, percebemos um movimento em favor dos direitos da criança, em especial da criança deficiente.

Isto sinaliza para o fato de que, a partir da década de oitenta do século XX, o Brasil inicia um momento de redemocratização que culmina com a Constituição Federal de 1988. Começa, nesta época, uma luta em defesa dos direitos de todos os cidadãos e, em particular, da garantia dos direitos de grupos menos favorecidos da sociedade, como crianças, deficientes, mulheres, idosos, entre outros.

Apesar de termos um conjunto de leis, declarações nacionais e internacionais que destacam a educação e a saúde como foco prioritário da promoção da vida, esses direitos estão longe de serem alcançados e/ou de se tornarem realidade, principalmente para uma significativa parcela da sociedade excluída.

Exemplo claro deste processo pode ser evidenciado na Resolução nº 41/95, de 13 de outubro de 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os amplos direitos da criança e do adolescente hospitalizados. Neste instrumento legal, a ação educativa hospitalar ganha mais força e visibilidade, aparecendo no cenário nacional com status de obrigação legal. Isto coloca a ação educativa hospitalar como parte integrante de uma série de transformações pelas quais o Brasil vem passando, na tentativa dicotômica de colocar a educação e a saúde como direitos de todos os cidadãos. Aquele texto legal prevê que toda criança hospitalizada tem direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde e acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar.

Embora a legislação reconheça o direito da criança de receber esse tipo de atendimento (pedagógico-educacional durante o período da internação), esta oferta ainda é muito restrita e, conseqüentemente, não dá oportunidade a todas as crianças de usufruírem desse tipo de ação, o que acaba gerando mais desigualdade, à medida que se caracteriza como privilégio de algumas.

A realidade nacional nos mostra que a clientela infantil nos hospitais é caracterizada por crianças com idade inferior a seis anos (Educação Infantil) e por crianças com faixa etária entre seis e dez anos (anos iniciais do Ensino Fundamental). Tais crianças, se não estivessem hospitalizadas, estariam vivenciando experiências pedagógicas e tendo seu processo cognitivo estimulado pelo ambiente escolar.

Pedagogia Hospitalar: trajetória vivida em Niterói

Desde 1993, a Fundação Municipal de Educação de Niterói busca mecanismos de garantia do direito à educação das crianças internadas. No início, o trabalho recebeu a nomenclatura de “classe hospitalar”, sendo um projeto desenvolvido pela Coordenação de Educação Especial. Posteriormente, ganha dimensão de Programa intitulado “Pedagogia Hospitalar”. Esta mudança conceitual acompanha os avanços teórico-metodológicos vivenciados durante a evolução da história da educação hospitalar no Brasil.

Para tentar compreender esta evolução, proponho iniciarmos um debate em torno dos conceitos de classe hospitalar e de pedagogia hospitalar.

As classes hospitalares, nos moldes atuais, utilizam como recurso metodológico a transposição da racionalidade escolar para dentro do hospital.

Esta perspectiva de atuação aparece nos textos do MEC, definindo a política da classe hospitalar como uma ação que possibilita o atendimento educacional de crianças e jovens internados, que necessitam de educação especial e que estejam em tratamento hospitalar.

Esta corrente defende que o(a) professor(a) que atua em hospital deve estar atento(a) à escolarização das crianças e jovens internados, contribuindo para a diminuição do fracasso escolar e dos elevados índices de evasão e repetência.

A abordagem desenvolvida pela Classe Hospitalar carrega consigo algumas possibilidades e limites. Esta atuação educativa consegue garantir a sua legitimidade pedagógica, devido as suas semelhanças organizacionais com a escola, ou seja, ao organizar seus espaços e seu currículo, conforme os de uma unidade escolar, evidencia para as pessoas que transitam no hospital que esta ação está diretamente relacionada como uma ação educativa formal.

Na contramão desta possibilidade, ao se pensar previamente em um currículo e organizar as crianças em uma sala, perde-se o potencial de construir, de maneira real e prática, os conceitos que emergem do período de uma internação.

As questões ligadas à rotina de um hospital - como espaço e tempo hospitalar, situações-limite de dor, sofrimento e

estratégias para recuperação da saúde - não fazem parte de um currículo escolar. Assim, não são contempladas em uma classe hospitalar. Com certeza, para a(o) professora(o), é mais confortável adotar as mesmas posturas de quem atua em sala de aula regular, desde que consiga silenciar as questões das crianças hospitalizadas. Entretanto, esta tarefa é muito difícil, pois o sofrimento humano toca-nos diferentemente.

Contraopondo-se a esta abordagem, surge uma ação pedagógica ainda sem identidade no Brasil, que busca aliados, tanto práticos como teóricos, a fim de atender as demandas das crianças hospitalizadas. Objetiva garantir a articulação do conhecimento formal com a realidade, dando forma e sentido a este conhecimento.

Surge, então, a Pedagogia Hospitalar, tentando ampliar as possibilidades pedagógicas que acontecem em um hospital.

Segundo Aurélio Buarque de Hollanda, em seu Dicionário da Língua Portuguesa, “Pedagogia” é a teoria e a ciência da educação. Conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação. “Hospitalar” é referente a, ou próprio de hospital. Sendo assim, podemos inferir que Pedagogia Hospitalar seria a ciência de educar com doutrinas, princípios e métodos específicos para um hospital.

Esta modalidade busca uma amplitude da ação do(a) professor(a) no hospital. Apesar de trazer uma perspectiva transformadora intrínseca a

sua atuação, é uma postura nova e de difícil realização, pois pode ser banalizada. É facilmente confundida com uma ação recreativa, tanto pela professora quanto pelos demais profissionais do hospital.

Hoje, após vivenciar todo este debate nos Encontros e Fóruns Nacionais sobre o Atendimento Educacional Hospitalar, compreendo que o cerne desta questão concentra-se na construção do currículo no espaço hospitalar. Refletir sobre as concepções de “Classe Hospitalar” e de “Pedagogia Hospitalar” nos distancia da discussão que efetivamente sustenta a ação educativa no hospital: o currículo. Ao se buscar um afastamento do espaço escolar e pensar novos sentidos para a ação além dos muros da escola, podemos também ressignificar a ação educativa no seu interior. O que não é possível acontecer – tanto na escola como no hospital – é o endurecimento da construção do conhecimento sob uma concepção fechada de currículo, visto apenas como seleção de conteúdos disciplinares.

O que se coloca como central na discussão sobre o ato educativo durante o período de hospitalização é o debate acerca da efetivação deste tipo de atendimento. Quando as Secretarias Municipais de Educação assumem o atendimento educacional hospitalar, realizam esta ação mediante convênio, o que engessa o atendimento educativo. Sua realização é pautada em projeto, pois esta atuação é entendida como modalidade da Educação Especial, sendo materializada como uma ação periférica aprisionada na burocracia administrativo-financeira que restringe, e muito, a autonomia deste espaço educativo.

Este cenário sinaliza a necessidade de pensar estratégias que garantam a efetivação das ações educativas hospitalares, de forma a superar o olhar reducionista que, hoje, sustenta fragilmente as ações educacionais hospitalares denominadas de Classe Hospitalar. Ganha sentido a possibilidade de implementar a escola no hospital, legitimando os fluxos de material, pessoal e outras ações administrativas que sustentam a realização do projeto pedagógico nas unidades escolares.

Esta escola, reconhecida nos seus direitos e necessidades e comprometida com a construção de conhecimento impregnada de sentido, elabora suas ações educativas de maneira a transformar o período de internação em um tempo de construção de conceitos, através da compreensão da situação vivenciada. Esta compreensão de construção de conhecimento auxilia a criança e seus familiares na redução dos efeitos avassaladores do impacto causado pelo distanciamento do paciente das suas referências cotidianas.

A partir desta perspectiva, surge a possibilidade de um caminho pedagógico para a conquista da saúde. A possibilidade de ressignificar a percepção da família e da criança acerca de sua hospitalização e, em especial, da sua doença, revela a capacidade do ser humano de enfrentar seus problemas cotidianos, criando estratégias para superá-los.

Nesta ótica, a ação pedagógica é entendida como instrumento redutor dos efeitos traumáticos da internação e do impacto causado pelo distanciamento da

criança da sua rotina, principalmente no que se refere ao afastamento escolar. O período de hospitalização é transformado, então, num tempo de construção de conhecimento e aquisição de novos significados, não sendo preenchido apenas pelo sofrimento.

Ao utilizar esta metodologia, é possível perceber nas crianças e em seus familiares um potencial para enfrentarem as difíceis situações relacionadas ao período de internação.

O Programa de Pedagogia Hospitalar, que ocorre em Niterói, encontra terreno fértil para esta discussão, pois estamos vivenciando a ruptura do modelo hierarquizado e disciplinar que homogeneiza as relações pedagógicas. Na tentativa de incluir a vida no currículo escolar, a Rede Municipal, através da estratégia de reestruturação da proposta de Ciclos, nos desafia a considerar todos e todas que estão na escola – logo, também no hospital – como sujeitos capazes de escolher e fazer história.

Percurso de nossa ação educativa no hospital

Ao iniciar o trabalho no hospital, o(a) professor(a) faz uma série de perguntas, buscando compreender este novo espaço educativo: para que serve o Atendimento Educacional Hospitalar? Qual a relação entre o vivido neste espaço educativo e o cotidiano das pessoas? Como definimos o que ensinar? Qual a função do currículo neste espaço?

Objetivando responder a estas questões e a outras tantas, decorrentes das vivências dos professores no hospital, buscamos potencializar nossos encontros

de avaliação e planejamento – que ocorrem às quartas – feiras. Nestes encontros, discutimos, planejamos e estudamos como estimular o processo de aprendizagem, reconhecendo o currículo como o elemento norteador da ação educativa. Ao problematizar nosso trabalho no ambiente hospitalar, entendemos esse processo como um caminho pedagógico que faz o contínuo exercício de religar saberes curriculares com os conhecimentos da vida cotidiana.

Nesta resignificação, o currículo é compreendido como fenômeno histórico, resultado de forças sociais, políticas e pedagógicas que expressam a organização de saberes vinculados à construção dos sujeitos sociais. Neste sentido, currículo é, ao mesmo tempo, tudo o que acontece no Hospital-Escola (normas, valores, conhecimentos), mas também saberes e valores que extrapolam as intencionalidades pedagógicas da escola regular e dos programas oficiais.

Para materializar esta perspectiva curricular, optamos por utilizar como referência teórico-metodológica o paradigma indiciário de Ginzburg (1989), além de dialogar com Barbier (1993), Gallo (2002) e Freire (1998). Nas abordagens trazidas por estes autores, a sensibilidade e a intuição são elementos que buscam compreender atitudes, verbalizadas ou não, presentes no cotidiano das crianças/adolescentes internadas(os), compreendendo-as(os) como indícios, ou seja, subsídios necessários para a elaboração de um currículo impregnado de sentido. Esta metodologia de ação tem o co-agir na base das suas relações – professor/aluno/hospital –, proporcionando escolhas educativas que potencializem a

construção de um currículo valorizador da vida.

É interessante evidenciar que esta maneira de encarar o currículo não difere (ou não deveria se diferenciar) da perspectiva da construção do currículo na escola regular. O que devemos buscar, tanto no hospital como nas escolas, é a compreensão da construção de conhecimento como instrumento de participação social.

Considerações finais

A criança/adolescente aprende com base em suas vivências. A partir de suas experiências, o professor planeja sua ação educativa e organiza as atividades pedagógicas, tendo como elemento articulador os seus interesses, desejos e necessidades.

Numa lógica onde as inquietações e as dúvidas são elementos norteadores do currículo, a ação pedagógica deixa de ser apenas tecnicista e instrumental. Seu objetivo é potencializar um currículo vivo e em movimento, que possibilita ampliar a capacidade humana, interferindo na formação da subjetividade das pessoas envolvidas no processo educativo. Estes sujeitos tornam-se capazes de exercer o poder, com vistas à transformação das condições ideológicas e materiais de dominação em práticas que promovam a democracia.

Ao problematizar, no ambiente hospitalar, a compreensão do atendimento pedagógico-educacional da criança/adolescente, emerge nesse espaço uma concepção de educação que utiliza os recursos pedagógicos como ferramentas que têm o potencial de transformação da realidade.

O que ganha dimensão e sentido é trabalhar um currículo significativo, capaz de compreender que a construção do conhecimento ocorre transdisciplinarmente, marcada pela interseção de vários campos de saberes.

Nesta abordagem, o currículo se configura como possibilidade de, em um espaço desigual, tentar garantir alguma forma de igualdade, em que o paciente assume o controle sobre o seu corpo, sobre sua enfermidade, fazendo escolhas e assumindo decisões juntamente com a equipe médica. Desta forma, o processo educativo é entendido como instrumento dinamizador na conquista da cidadania. ◆

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARBIER, R. (1993). A escuta sensível em educação. **Cadernos ANPED – Trabalhos** nº 5, setembro.
- CECCIM, R., FONSECA, E. (1999). Classes hospitalares: buscando padrões referenciais de atendimento pedagógico-educacional à criança e ao adolescente hospitalizado. **Revista Integração**. v. 9, n. 21.
- BRASIL. Direitos da criança e do adolescente hospitalizados. Resolução n.º 41/95, de 13/10/1995. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Imprensa Oficial, 1995.
- _____. Secretaria Nacional de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial: livro 1/ MEC/SEESP. Brasília: 1994. 66 p.
- FREIRE, P. (1998). **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- GALLO, S (2002). Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar. In: ALVES, N. GARCIA, R. (orgs.). **O Sentido da Escola**. Rio de Janeiro: EP&A.
- GINZBURG, C. (1989). **Mitos, Emblemas e Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia da Letras.
- GIROUX, H e SIMON, R. (1994). Cultura Popular e Pedagogia Crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, A. SILVA, T. (orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez.
- NASCIMENTO, Fabiana Ferreira do (2004). A Atuação e o Atendimento Pedagógico Hospitalar: Um Novo Caminho na Educação. Monografia (Especialização em Psicopedagogia). Rio de Janeiro: UCAM.
- SCHILKE, Ana Lucia Tarouquella (2003). O fazer pedagógico no ambiente hospitalar: uma possível escuta das potencialidades da criança internada. Monografia (Especialização em Alfabetização das Crianças das Classes Populares). Niterói: UFF.
- YGOTSKY, L.S. (1984). **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes.

A comunicação a serviço da educação

MARCIA CORRÊA E CASTRO
Coordenadora da ONG Bem TV

Neste início de século XXI, quando assistimos à profunda midiaticização do cotidiano, a escola se vê diante da necessidade imperiosa de se debruçar sobre o universo da comunicação. Atenta a este contexto, a Organização Não Governamental “Bem TV – Educação e Comunicação” iniciou em 2006 o projeto “Educomunicar”, através do qual socializa com professores de escolas públicas de Niterói as técnicas e reflexões desenvolvidas ao longo dos seus 14 anos de atuação em processos educativos para adolescentes de baixa renda.

O uso da comunicação na sala de aula não é uma novidade. No início do século XX, Célestin Freinet já falava nisso, a partir de suas experiências com jornais escolares. Hoje, no entanto, a relação entre os dois campos (comunicação e educação) se aprofunda. Se, por um longo tempo, a escola foi legitimada como o espaço para onde convergia - e onde se transmitia - o saber produzido pela humanidade, hoje a informação está em toda parte graças, principalmente, à mídia, que alcança simultaneamente o homem urbano e as populações mais remotas (no interior da Amazônia, por exemplo, encontraremos adolescentes com os mesmos sonhos de consumo dos jovens do “Sul Maravilha”).

Este novo contexto imprime duas marcas definitivas no universo da educação. Em primeiro lugar, obriga a escola a repensar seu papel. Circulando a informação com tanta facilidade, a escola não pode contentar-se em transmitir conteúdos. É preciso que

ela se assuma como mediadora, auxiliando sua clientela a buscar e identificar a informação de que precisa nesse universo saturado de dados em que se transformou nosso cotidiano. Caberá também à escola instrumentalizar os indivíduos a fazerem uma leitura crítica das mensagens que recebem, aproveitando-as segundo sua própria demanda.

Outra questão para a educação diz respeito à linguagem. Os meios de comunicação – sobretudo os de massa – se estabelecem sobre uma estrutura de raciocínio que guarda suas especificidades. Como depende da manutenção e da ampliação de seu público para sobreviver, a mídia tratou de desenvolver mecanismos que levassem as pessoas a “incorporar” essa forma de pensar. Hoje, somos todos alfabetizados visualmente. Ninguém ensina uma criança a assistir desenhos animados e, no entanto, ela assimila seus códigos. O discurso e as marcas da internet também avançam, sobretudo entre os jovens. Nas oficinas de mídia oferecidas pela Bem TV, por exemplo, vimos crescer o número de adolescentes que utilizavam a Internet: aumento de mais de 200% entre 2004 e 2006 (isso num público de renda familiar entre 0 e 3 salários mínimos). Convertida a informação num bem de consumo, há quem trabalhe bastante para que ela se torne cada vez mais imprescindível. Em todos os campos da sociedade (trabalho, família, ambientes de convivência social), hoje é preciso pensar e produzir como comunicador; estar sempre atualizado, articulado, “conectado”. Está aí o segundo desafio da escola

contemporânea: absorver e dominar a linguagem da comunicação/mídia, colocando-a a serviço dos processos de aprendizagem.

Incorporar a comunicação como metodologia pedagógica implica contemplar três ações distintas. A primeira é a educação para os meios. Consiste em levar para a sala de aula a reflexão crítica sobre a mídia, formando espectadores mais críticos frente à TV, ao jornal, à internet. Gente que deixará o lugar de mero “público consumidor” de informações, passando a utilizar as mensagens da mídia a favor do seu crescimento. A segunda proposta – em parte já conhecida dos profissionais da educação – é a educação com os meios, que prevê o uso da mídia (jornais, vídeos, páginas de internet, Orkut, blogs, MSN...) como ferramenta na sala de aula, agregando prazer e dinamismo à aprendizagem.

Uma terceira alternativa, mais audaciosa e contundente, é a educação através dos meios. Ela implica produzir comunicação com os educandos, abrindo espaço para que, no processo, se construam conhecimentos e se troquem informações dentro da comunidade escolar. Estão nessas propostas as melhores chances de tirar proveito do potencial estruturante da comunicação. Para desenvolver uma página na web, para fazer um vídeo, um programa de rádio ou matéria de jornal, o estudante terá que pesquisar sobre o assunto, definir uma abordagem (análise e síntese), desenvolver uma idéia, justificando-a a partir de uma argumentação e, por fim, expressá-la

através de uma linguagem específica que passará necessariamente pelo texto escrito (se for um vídeo, haverá um roteiro, por exemplo).

Projeto Educomunicar: Ações Diretas

O projeto Educomunicar busca, em primeiro lugar, desenvolver novas práticas educativas a partir do uso da comunicação. Para isso promoveu, no período de 22/06 a 21/09 de 2006, uma oficina que atendeu a 25 professores-multiplicadores de nove escolas dos bairros de São Francisco, Jurujuba e Charitas (seis estaduais e as três municipais da região). O processo previu uma discussão introdutória sobre as interfaces entre educação e comunicação e depois viabilizou aos docentes planejar e vivenciar atividades pedagógicas, usando fotografia, jornal, vídeo, internet e rádio. Ao final, os participantes, divididos por escolas, formularam propostas de desdobramento da oficina em suas instituições de origem.

A parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Niterói – desde a formulação do projeto – viabilizou muitas das ações e é importante, sobretudo, porque alimenta a expectativa de que o processo se desdobre numa política pública. Instituições como a Bem TV (privadas) têm maior liberdade para formular e testar idéias, chegando com maior rapidez às inovações demandadas pela sociedade. Entretanto, tais iniciativas serão sempre pontuais e por isso incapazes de gerar impacto significativo. É preciso dar escala

às experiências bem sucedidas, coisa que somente o poder público pode fazer. O projeto Educomunicar beneficia cerca de 200 professores e aproximadamente 2.000 alunos. Sua apropriação pela Rede Municipal de Educação de Niterói possibilitará estender estes benefícios a um universo muito mais expressivo.

Para a equipe da Bem TV, o grande diferencial do projeto está nos desdobramentos, a partir da conclusão da oficina. Em algumas instituições, aconteceram processos de multiplicação das aulas para os professores que não participaram do processo inicial. Em outras escolas, os profissionais optaram por desenvolver uma ação de comunicação (produção de jornal ou de site), envolvendo toda a comunidade escolar. Os resultados variaram, mas pode-se observar que eles se relacionam com o grau de comprometimento e autonomia das direções das escolas, que também foram alvo de ações de sensibilização.

Na Escola Municipal Lúcia Maria Silveira Rocha (localizada em Jurujuba), a multiplicação começou antes mesmo que essa proposta ganhasse corpo. Os materiais (textos e vídeos) recebidos pela professora Cláudia Cavalcante (participante da oficina) foram copiados, disponibilizados na sala dos professores e discutidos com toda a equipe da escola. Surgiu um jornal na escola e o projeto pedagógico sobre “profissões” foi desenvolvido através da produção de um documentário em vídeo, roteirizado nas salas de aula com as crianças,

que também atuaram como repórteres e câmeras.

Gerar reflexão sobre as interfaces entre “Comunicação e Educação” foi também um objetivo do projeto. Para isso foi pensada uma programação de seminários, viabilizada em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2006, especialistas das duas áreas estiveram em Niterói, discutindo temas como “A Escola na Mídia”, “Mídia Jovem e Comunicação Alternativa” e “Políticas Públicas de Comunicação e Educação”.

Os debates foram sistematizados e irão gerar uma publicação. Acompanhados do relato da experiência desenvolvida com os professores, a idéia é a de que estes textos subsidiem a implantação de experiências semelhantes dentro e fora de Niterói ou até, quem sabe, inspire gestores a se debruçarem sobre esta interface na formulação dos programas pedagógicos de redes públicas de ensino. ♦

Evolução do planejamento educacional no Brasil: subsídios ao Plano Municipal de Educação de Niterói

MARIA DE FÁTIMA BARROS PIMENTA

Pedagoga da FME e Coord. da Assessoria do Plano Municipal de Educação de Niterói;
Conselheira (Suplente) do Conselho Municipal de Educação de Niterói

ROMANA CAMARINHA DOMINGUEZ

Pedagoga da FME e Secretária-Executiva do Conselho Municipal de Educação de Niterói

Embora reconhecamos a importância da discussão sobre o momento atual de elaboração do Plano Municipal de Educação de Niterói, entendemos como oportuno fazer um relato sobre a história do planejamento educacional no Brasil.

Foi com os signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, que surgiu a preocupação de se elaborar um “Plano Nacional de Educação”. Após diagnosticar o estado da educação pública em nosso país, os Pioneiros da Educação Nova declararam que “(...) todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de educação escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país” (SAVIANI, 1999, p. 75).

Além das intenções de um “Plano de reconstrução educacional”, conforme consta no “Manifesto”, encontramos também, iniciando o documento, a educação associada à idéia de desenvolvimento. Senão, vejamos: “(...) é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade” (*apud* GHIRALDELLI, 2001, p. 54).

O entendimento de um plano que organizasse a educação em todos os graus e ramos do ensino inspirou a Constituição Brasileira de 1934, que, em seu artigo 150, alínea “a”, estabeleceu como competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do

ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país”.

Neste sentido, a idéia de plano coadunava-se com “as próprias diretrizes e bases da educação nacional”. No entanto, em relação ao conteúdo, já se distanciava da inspiração dos pioneiros e, por sua vez, da Associação Brasileira de Educação (ABE), assumindo a orientação que irá prevalecer durante a permanência do regime intitulado “Estado Novo”, ou seja, enquanto, para os educadores identificados com o movimento renovador, o plano de educação era entendido como um instrumento de introdução da racionalidade científica na política educacional, para Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, o plano se convertia em instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle político-ideológico exercido através da política educacional (SAVIANI, 1999).

Os diferentes entendimentos a respeito do significado do Plano de Educação encontram maior eco no período compreendido entre 1946 e 1964. Se de um lado existiam aqueles ferrenhos lutadores por um país liberto da dependência estrangeira, capaz de promover o seu próprio desenvolvimento, por outro havia os defensores do privatismo que se contrapunham a qualquer tipo de ingerência do Estado. A idéia de um ensino de livre iniciativa, para que as famílias pudessem escolher onde queriam educar seus filhos prevaleceu, contrapondo-se à ação planejada do Estado. Acompanhando essa orientação, a primeira Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61) limitou-se a significar o “Plano Nacional de Educação”, que nasceu entre 1962-65, como instrumento de distribuição de recursos para os diversos níveis de ensino. Entretanto, esse Plano teve um curto período com a LDB, sufocado pelo advento da Constituição da ditadura, em 1967.

Nos anos que se seguiram, no período de 1964 a 1985, em que perdurava a ditadura militar, o Estado militar, levado pelo espírito de planejamento e promoção do desenvolvimento, produziu cerca de seis planos nacionais de educação, considerando-se os capítulos dos Planos Globais de Desenvolvimento dedicados à educação (CALAZANS, 1999).

Nessa mesma linha de pensamento, Saviani (1999, p. 78) registra que essa tendência fez-se presente na Lei nº 5.692/71, expressa no artigo 53, que assim define: “o Governo Federal estabelecerá e executará planos nacionais de educação”. Em seu parágrafo único registra: “o planejamento setorial da educação deverá atender às diretrizes e normas do Plano-Geral do Governo, de modo que a programação a cargo dos órgãos da direção superior do Ministério da Educação e Cultura se integre harmonicamente nesse Plano-Geral”. Fica clara, assim, a idéia de plano condizente com a de instrumento de racionalidade tecnocrática, assimilando, até 1985, a concepção tecnicista de educação.

Com o advento da “Nova República”, elaborou-se o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989), período que, seguramente,

não aconteceram inovações no campo das políticas educacionais. O que podemos constatar, concordando com Kuenzer (1999, p. 56), é “uma interessante mescla de populismo com autoritarismo, através de um processo que, ao pretender ser democrático contrapondo-se à centralização, terminou por caracterizar-se pela ausência de direção e pela fragmentação”. E prossegue a autora:

“esta tendência instaurou-se no MEC de 1985 em diante, quando, não obstante a existência do Plano ‘Educação para Todos’, que expressava de modo geral o que o ‘Governo Tancredo’ pretendia para a educação nacional, privilegiou-se uma estratégia de repasse aos Estados e Municípios, com objetivos clientelistas, que desconsiderou aquele Plano” (Ibidem, p. 56).

Essa nova fase caracteriza-se pela descentralização. O MEC, de articulador da política nacional de educação, transforma-se em agência repassadora de recursos, estabelecendo relações diretas entre a União e os Municípios, a partir de alguns critérios nem sempre afinados com a real necessidade do país.

Em 1993, foi editado o “Plano Decenal de Educação para Todos”, que tomou como referência a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jomtien, 1990, na Tailândia. O foco central do “Plano” era o ensino fundamental e a educação infantil, em especial a faixa correspondente à educação pré-escolar. Embora esse “Plano” tenha proposto ações

conjuntas entre as diferentes esferas de poder para o enfrentamento dos problemas relativos à educação, não passou de intenções, registrando-se, apenas, algumas ações pontuais na esfera federal.

A atual LDB determina, nos artigos 9º e 87º, respectivamente, que cabe à União a elaboração do “Plano”, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação. Enfatizando uma idéia de continuidade, estabelece que o “Plano” deve estar em sintonia com a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. Desta forma, o Ministério da Educação, em cumprimento a esse dispositivo legal, elaborou o seu. A oposição, outro. O projeto do governo foi aprovado e transformou-se em Lei.

Essa Lei originou o Plano Nacional de Educação, em 2001, pela qual estados e municípios foram desafiados a construir seus planos. A construção de um plano por si já constitui um desafio, principalmente considerando que se trata de um importante instrumento de debate das políticas públicas educacionais para os próximos dez anos. Tais políticas deverão estar centradas em dois eixos fundamentais: o primeiro, o aperfeiçoamento da educação formal, que abrange as instituições educacionais públicas e privadas em seus diferentes níveis e modalidades; o segundo, o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade.

O momento político atual denota um esforço pela democratização da educação, exigindo uma nova racionalidade para a formulação das políticas públicas.

Impõe-se, no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação, que seja adotada a via da “racionalidade social”, haja vista que este parece ser o único caminho para garantir uma escola pública de qualidade e um ensino que corresponda às aspirações e necessidades da população desta cidade. Como afirma Saviani (1999, p. 91):

“Uma proposta alternativa de “Plano de Educação” manterá, por certo, a idéia de plano como um instrumento de política educacional. Tratar-se-á, no entanto, de uma política que, visando atender efetivamente às necessidades educacionais da população como um todo, buscará introduzir a racionalidade social, isto é, o uso adequado dos recursos de modo a realizar o valor social da educação.”

Nessa lógica, faz-se necessário repensar não somente o contexto nacional, mas principalmente as questões locais, ou seja, o *locus* onde a educação acontece, o Município, que se constitui como ponto de partida para o levantamento de dados que forneçam subsídios para o conhecimento da realidade concreta. E isso significa criar mecanismos que articulem, ao mesmo tempo, os saberes teóricos e os construídos no cotidiano pela população. A articulação desses saberes poderá contribuir nos processos que visam compreender e interferir na realidade cotidiana. A esse respeito, Calazans (1999, p. 15) ressalta:

“Considerando que o planejamento é um ato de intervenção técnica e política, seria essencial que o profissional por ele responsável (planejador) estivesse preparado para manter uma articulação permanente a fim de estabelecer coordenação entre a esfera técnica, o nível político e o corpo burocrático. Esta articulação seria indispensável para que o planejador se preparasse para manter uma postura autônoma na estrutura e no sistema de relações das instituições e da sociedade (...).”

Desta forma, cabe ao poder público mediar os interesses dos diversos segmentos da sociedade, buscando atender às necessidades da maioria da população. Em resposta a esse desafio, Niterói iniciou os debates para a elaboração do Plano Municipal de Educação, instaurando o Fórum do Plano Municipal de Educação, em 2003, com o objetivo de assegurar a participação da sociedade civil nesse processo, realizando-se, desde então, dez encontros. Além do Fórum, em 2004, aconteceu a Pré-Conferência do Plano Municipal de Educação, que discutiu nove temáticas, resultando na publicação dos “Registros das Conferências do Plano Municipal de Educação”. As contribuições desses Encontros foram somadas às discussões acumuladas pela Rede Municipal de Educação, nos debates sobre a Educação de Jovens e Adultos (2002), a Educação

Infantil (2003) e o Ensino Fundamental (2004), que contaram com a participação de toda a comunidade escolar: profissionais da educação, pais e alunos.

Em 2005, o Conselho Municipal de Educação de Niterói assumiu a coordenação do Plano com a tarefa, não só de dar continuidade ao processo, mas, principalmente, de definir as diretrizes para os passos seguintes, que são:

- Efetuar um diagnóstico das necessidades educacionais;
- Explicitar as diretrizes que orientarão a elaboração do Plano, justificando as opções adotadas e as prioridades assumidas;
- Definir as metas a serem alcançadas, distribuindo-as num cronograma que indique as etapas a serem cumpridas ao longo da vigência do Plano e os atores implicados nesse processo;
- Especificar, para cada setor, as respectivas metas, os meios disponíveis e aqueles que deverão ser providos, envolvendo: número de escolas, de salas de aula, material didático, professores, nível de formação e remuneração, procedendo da mesma forma em relação aos demais funcionários;
- Elaborar um quadro claro dos recursos financeiros disponíveis, assim como das fontes de recursos adicionais, de modo a assegurar a viabilidade das metas e ações planejadas.

É consensual a importância estratégica que a Educação assume no desenvolvimento integral do homem e, por isso mesmo, deve constituir sempre, em qualquer sociedade, uma prioridade. Mas, para que isso se torne realidade, é essencial a participação

da sociedade civil, bem como a articulação dos diversos órgãos da Administração Pública e outros setores da sociedade. Assim, é imperativo não mais tolerar ações desarticuladas, a descontinuidade administrativa, o atendimento a apenas um determinado segmento da sociedade. Um Plano que almeje democratizar os equipamentos públicos, tornando-os acessíveis à grande massa da população, exige que a sociedade civil compreenda a importância desse momento, participando efetivamente dessa discussão e assumindo sua autoria. Essa tarefa não é fácil e exige mobilização e participação, para que se possa avançar nas conquistas sociais. A tarefa é árdua, mas possível! ♦

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CALAZANS, M. Julieta C. Planejamento da Educação no Brasil – Novas estratégias em busca de novas concepções. In: Kuenzer, A. (org). *Planejamento e educação no Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acácia (org). *Planejamento e Educação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *Da Nova LDB ao novo plano nacional de educação*: por uma outra política educacional. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. Sistemas de Ensino e Planos de Educação: o âmbito dos municípios. *Educação & Sociedade*, vol. 20, n. 69, dez 1999.

58

“QUANDO SOMOS”

Se somos crianças,
nós servimos para amar
e a todos apaixonar.
E se somos crianças,
trate de nos respeitar!

Se somos jovens,
nós servimos para aprender
e alegres viver.
Mas devemos ter cuidado,
para em bobagem não nos envolver!

Se somos adultos,
nós servimos para colaborar,
respeitar e trabalhar.
E nas dificuldades
não devemos desistir de lutar!

Se somos idosos,
nós servimos para ensinar
e muitas histórias contar.
Andamos bem devagar
e não queremos caducar.

Seja sempre bom,
na idade que tiver,
ajudando seu irmão,
trazendo Deus no coração! ♦

JENIFER RODRIGUES ALVES
10 anos, E. M. Maralegre

O conto de fadas: símbolos, mitos, arquétipos

de COELHO, Nelly Novaes - São Paulo: DCL, 2003.

SILVANA CAPOBIANGO

Professora de Ensino Fundamental da Escola Municipal Eulália da Silveira Bragança - FME

Nesta obra, a autora faz uma extensa viagem ao mundo das narrativas, situando histórias, lendas e fábulas num contexto histórico, através de minuciosa pesquisa, que mais sugere uma “escavação” na memória popular.

A partir do progresso dos estudos de arqueologia, no século XVIII, histórias e lendas tidas como fantasiosas puderam ser provadas como verdadeiras. No século XIX, difundem-se as pesquisas narrativas populares e folclóricas por toda a Europa e pelas Américas, no sentido de se descobrir suas verdadeiras raízes nacionais. Nesse empenho, descobre-se que várias narrativas, apesar de pertencerem a povos e regiões de formações diferentes, dispunham de enredos comuns, como em *A Gata Borralheira*, *A Bela Adormecida*, *Chapeuzinho Vermelho*, entre outras.

Nesse contexto, abre-se caminho para amplas pesquisas de diferentes áreas de conhecimento, tais como filologia, linguística, folclore, antropologia, etnologia, história, literatura, pedagogia, etc., com o objetivo de justificar essa “comunidade” de narrativas em povos que tiveram origens e processos históricos tão diferentes.

O cruzamento das várias pesquisas acabou revelando, nas raízes daqueles textos populares, uma grande fonte narrativa, de expressão popular: a fonte oriental (procedente da Índia, séculos antes de Cristo), que vai se fundir, através dos séculos, com a fonte latina (greco-romana) e com a fonte céltico-bretã (na qual nasceram as fadas).

Daí em diante, o livro refaz toda a trajetória dessas narrativas, explicitando a cronologia das fontes, partindo desde as narrativas exemplares ou fantásticas utilizadas pelos primeiros pregadores budistas, a partir do século VI antes de Cristo, passando pelas *Mil e Uma Noites*, que, segundo a autora, deve ter sido completada em fins do século XV, mas que só ficou conhecida no mundo ocidental no início do século XVIII; os *Contos Populares Medievais*, onde o mundo feudal está representado em toda a sua crueza, como em *Grisélidis*, *Pele de Asno*, *João e Maria*, *João e o Pé de Feijão*, entre outros. Também fazem parte dessas pesquisas as *Fábulas gregas* de Esopo e as *latinas* de Fedro, os *Livros exemplares*, as *Novelas de Cavalaria*, os *Lais Bretões*, o *Romance Cortês*, chegando aos *Contos de Fadas*, onde a autora se detém por mais tempo em suas reflexões, prendendo de vez a atenção do leitor/professor/educador, através de uma narrativa que nos remete ao mundo dos símbolos, mitos e arquétipos. Mundo em que a literatura é engendrada e se transmite aos homens através dos milênios.

A origem dos mitos perde-se no princípio dos tempos, segundo a autora: “O pensamento mítico nasceu como uma das primeiras manifestações do que seria, mais tarde, o pensamento religioso, isto é, a consciência do homem em face de um Princípio Superior Absoluto, que o explica e o justifica (...). Portanto, a primeira manifestação do pensamento religioso teria sido o pensamento mágico: o pensamento criador de mitos.”

Dos mitos, realidades engendradas por deuses no espaço sagrado, derivam os arquétipos: forças vitais, que se manifestam como atitudes, idéias ou comportamentos no espaço humano. A linguagem simbólica é, pois, a mediadora entre o espaço imaginário e o espaço real em que a nossa vida se cumpre.

De acordo com a autora, “Em nossos tempos, tais mitos e arquétipos continuam engendrando a verdadeira literatura, por intermédio de novas linguagens simbólicas. Os tempos mudam, mas a condição humana continua a mesma...”

Neste ponto, a autora inicia uma verdadeira “provocação”, suscitando uma reflexão acerca dos avanços da inteligência humana. Ao mesmo tempo que ela leva o homem a ultrapassar quase todos os limites, se alimenta de uma fonte perversa: a degradação dos grandes mitos e arquétipos (nobreza de caráter, idealismo, amor, etc.), resultando na minimização ou degradação do humano, provocada pelo novo mito ou valor absoluto dominante, a lei do mercado.

A esse respeito, afirma a autora: “E já que estamos falando de mitos e símbolos, não podemos deixar de lembrar do mundo virtual (alimentado de falsos mitos) em que estamos vivendo, neste limiar do terceiro milênio. Nele, a magia do espírito foi substituída pelas mágicas da bela/horrível ‘civilização cibernética’, que está no comando e, num ritmo vertiginoso, vem difundindo os seus valores de base pelas ‘sete partidas do mundo’”. No último capítulo do livro, a autora dedica-se a uma

“conversa” com quem educa, deixando claro que sua pesquisa sobre os contos de fadas teve sempre, como alvo maior, a Educação e sua relação com a Literatura.

O processo de transformação que estamos vivenciando em todos os setores faz com que seja urgente a conscientização de que tais transformações não se reduzem a meras mudanças de teorias de base ou de metodologias. Trata-se de uma mudança de visão de mundo ou de paradigmas, tendo o ser humano como eixo-motriz.

De acordo com a autora, “o atual mundo em desordem depende de nós, humanos, para encontrar um dia, uma nova ordem, que harmonize a herança humanista do ontem, com as fantásticas conquistas progressistas do hoje.”

É diante desse contexto, que encontramos o valor substancial da Literatura como criação: sua matéria-prima é a existência humana e o seu meio transmissor é a palavra, a linguagem, exatamente o meio de que tudo no mundo necessita para ser nomeado e existir verdadeiramente para todos os homens.

Cabe então, aos educadores, apropriar-se desse referencial histórico, no qual estão inseridos os contos de fadas, conscientizando-se de que estamos vivendo uma revolução cultural e que a escola é o espaço de iniciação privilegiado para essa nova cultura em gestação, onde poderão fundir-se as conquistas científicas/cibernéticas de vanguarda, com a visão primordial dos antigos “iluminados” ou videntes do invisível. ♦

ARTE como forma de EXPRESSÃO sensível das LINGUAGENS*

CARMEN DÉBORAH DIAS BRAGANÇA

Professora de Ensino Fundamental e Coordenadora de Arte da FME
Professora da Rede Estadual de Educação, da Rede Particular de Ensino de Niterói e da Faculdade Cenecista de Itaboraí.

“O resgate do sonho no processo educativo é a fertilização do pensamento criador. A vocação da educação é tornar os indivíduos cidadãos criativos, pois a criatividade é a fonte de crescimento e liberdade. Que bom criar para transformar!”
Goldschimidt, 2004

A educação para a arte não prepara os indivíduos para atos mecânicos. É necessário resgatarmos a sensibilidade, o sonho no processo ensino-aprendizagem, alimentando nosso pensamento criador. Precisamos pensar de maneira criativa, pois assim teremos uma fonte inesgotável de caminhos a seguir. Somos seres criativos e não podemos deixar esta gama de possibilidades de lado.

Hoje, mesmo com tantos problemas, precisamos pensar um espaço escolar com qualidade, vivo, dinâmico, sempre em consonância com a cultura, em geral.

O nosso fazer pedagógico precisa considerar o aluno como ser criativo. Precisamos associar o conhecimento à emoção.

Nos últimos tempos, os autores Wallon e Vygotsky têm sido lidos e servido como reflexão constante, pois suas abordagens referem-se à educação e ao conhecimento, mas não deixam de lado a emoção. Eles consideram a emoção algo complexo que faz parte da vida psíquica de todos, sendo base para o conhecimento.

É inevitável a comunhão entre a educação, o conhecimento, a razão, as

emoções, enfim, a sensibilidade, mas somos submetidos e impulsionados, no mundo de hoje, ao corte entre o pensar e o sentir e isso também ocorre na escola, que tende a separar o brincar dos processos de conhecer; o sentir do pensar; e o ter do ser. Tão bom se pudessemos uni-los...

É preciso resgatar, através da sensibilidade, os seres criativos que temos em nossas “salas de aula” (inclusive nós mesmos), em cada olhar, em cada gesto... Poderíamos então viajar com Trigueiro (1973, p. 228):

“O educador o que faz com seu toque estimulador, é transformar o educando no instrumento de sua própria força, isto é, através de sua própria subjetividade. A ação do educador e do educando recai sobretudo no agir, convertido em instrumento, é um jorro incessante de diferentes fazeres. A educação consiste, basicamente, em acionar o agir; em desatar a potencialidade instrumental que representa, em ligar o homem criador ao homem artífice.”

Refletir sobre a arte no contexto escolar tem como objetivo apontar a influência dela na escola, enquanto área de conhecimento do currículo. Desta forma, estaremos mergulhando no fazer de nossos alunos, como indivíduos impregnados de possibilidades afetivas, sociais, sensíveis e criativas.

Sendo assim, a arte pode ser um caminho para relacionamentos sadios e prazerosos. Através dela, é possível promover a socialização de conhecimentos sobre o mundo, dos conceitos de bem-viver, utilizando-se de materiais artísticos.

* Trabalho apresentado no Seminário “Dialogando com as Linguagens: oralidade, leitura, escrita e sensibilidade”, promovido pela Fundação Municipal de Educação de Niterói, em 2005.

A arte tem uma natureza lúdica, preenche vazios e sonhos, como dizia Porcher (1982, p. 22): “A educação não tem como criar uma oposição entre o que é sentido e o que é concebido, entre a sensibilidade e a inteligência, a emoção e a razão.” Ao nos expressarmos artisticamente, estamos tornando a vida mais expressiva, sob diferentes matizes.

No contexto escolar, observamos a influência da arte no aluno, que passa a vivê-la como seu momento de expressão, através das atividades artísticas propriamente ditas, dos sentimentos, das sensações, das emoções que fluem e dão a ele momentos de bem-estar, ao ver suas “obras” valorizadas e aceitas como produção única e pessoal, assim como ocorre nas manifestações produzidas em conjunto. Através da arte, o aluno pode conhecer-se, conhecer o outro e o mundo que o cerca, expandir seus pensamentos limitadores, exprimir seus sentimentos, vontades e desejos. A arte vai para além das aulas de arte.

Hoje, entendemos que a arte pode surgir em todas as áreas de conhecimento, proporcionando o desenvolvimento do potencial criativo nos diversos contextos de interação humana, lares, escolas, empresas, etc.

Valendo-se do pensamento de Carl Rogers, pelo qual a criatividade é comparada com saúde mental, entendemos que vivenciar a arte, através de elementos plásticos, da música, do teatro, da dança, faz o aluno se soltar e descobrir quem ele é ou pode vir a ser. Afinal, pensando e agindo criativamente, provavelmente terá boa saúde mental e conseqüentemente uma boa aprendizagem.

Enfim, mesmo em momentos de muita conturbação política, social e econômica, é sempre importante que a arte chegue a cada um de nós, possibilitando “altos e longos vôos” e nos aproximando de dias mais inspiradores, nos elevando como seres humanos e nos permitindo sonhar, pensar, criar, sentir e, quem sabe, transformar o mundo em que vivemos.

Entendemos a linguagem, não só como a linguagem verbal, mas como todo processo que significa. Por exemplo, a música estimula o desenvolvimento dos meios mais espontâneos de expressão, os pensamentos, a emoção. Sendo assim, ela é uma grande aliada no contexto escolar.

Segundo Brécia (2003, p. 15-16), a música deve ser encarada sob dois aspectos: “os aspectos intrínsecos à atividade musical (alfabetização musical e estética) e os aspectos extrínsecos à atividade musical, decorrentes de uma vivência musical orientada por profissionais conscientes, de maneira a favorecer a sensibilidade, a criatividade, o senso rítmico, o ouvido musical, o prazer de ouvir música, a imaginação, a memória, a concentração, a auto-disciplina, o respeito ao próximo, o desenvolvimento psicológico, a socialização e a efetividade, além de originar uma efetiva consciência corporal”.

Vivemos, nos dias de hoje, em crise, seja econômica ou social, mas também enfrentamos problemas culturais e relacionados a valores humanos. As pessoas buscam cada vez mais bens materiais para sua sobrevivência, mas também anseiam por bens simbólicos, culturais e espirituais.

A cultura é primordial para a transformação da realidade social e a música, sendo uma linguagem universal, pode atuar efetivamente nessa transformação. A música transpõe barreiras de tempo, espaço, nacionalidades, etnias...

Ao procurarmos nos dicionários e enciclopédias, encontraremos que “música é o vocábulo de origem grega que significa a arte das musas”. “É a arte de escolher, dispor e combinar sons”. No dicionário de Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda, “música é a arte e ciência de combinar os sons de modo agradável ao ouvido”.

Exemplifiquemos agora com o teatro. De acordo com Valadares (1996, p.4), “o teatro é uma atividade (...) antiga da cultura humana”. Existem anotações desde 3.000 anos A.C. Para ela, o teatro pode ser considerado como uma “continuação do jogo de faz-de-conta infantil”, onde é trabalhada a fantasia e a emoção das crianças.

Acredita-se que o teatro surgiu da necessidade, manifestada pelo homem, de sentir-se o outro, de camuflar-se e também de viver o jogo lúdico. Todo e qualquer ser humano pode exercer a atividade teatral, pois todos são seres criadores.

O teatro, através do jogo dramático, possibilita o exercício de novos papéis, trabalhando, atuando, falando, inventando, exteriorizando, pensando, lembrando, ousando, experimentando, criando, favorecendo o auto-conhecimento.

No contexto escolar, o teatro, de acordo com os PCN's-ARTE (1997, p.88), “promove oportunidades para que os

adolescentes e adultos conheçam, observem e confrontem diferentes culturas em diferentes momentos históricos, operando com um modo coletivo de produção de arte.” Buscando soluções criativas na realização de cenas, os alunos desenvolvem a percepção sobre eles mesmos e em relação a situações do seu dia-a-dia, ao mesmo tempo em que compartilham descobertas, idéias, sentimentos, ao conviver com várias opiniões, relacionando-se com os outros, desenvolvendo a socialização.

Na escola, o teatro deve levar em consideração a cultura do aluno, de acordo com o meio em que vive. São momentos de liberdade por eles vividos e durante os quais podem estar em contato com o confronto, por meio do diálogo e da representação, com situações onde se envolva justiça, solidariedade, etc.

O teatro, também, é muito produtivo para os jovens, que passam por inúmeras transformações; durante esse período, encontram-se muitas vezes no meio de vários conflitos e angústias. Assim, ele poderá ajudá-los nestes momentos, pois através dele utilizarão os movimentos do corpo, experimentando novos e diferentes papéis, sem confusão e angústias, expandindo sua criatividade, proporcionando momentos de descontração e prazer, estimulando a espontaneidade e a livre expressão.

Falemos agora da dança, que é o ato de movermos nosso corpo em movimentos regulares. O ser humano necessita expressar seus sentimentos através do movimento rítmico. Podemos considerar a dança como uma forma de diversão e de arte.

No sentido da arte, ela pode expressar emoções, contar histórias ou determinar o estado de espírito do indivíduo.

Fazendo um breve histórico da dança, podemos dizer que ela foi uma das primeiras formas de expressão artística e pessoal.

Em pinturas de cavernas, foram encontradas representações de dançarinos. Acredita-se que a dança, para o homem pré-histórico, foi utilizada em cerimônias religiosas combinada à música e a dramatizações, possivelmente, com o intuito de reverenciar os deuses e pedir sucesso nas caçadas e lutas.

Aos poucos, a dança foi enriquecendo e ganhando passostão numerosos quanto as palavras, associada à batida de mãos e pés, provocando situações e estados da alma.

Podemos dizer que a dança é um fato social e, como tal, assimila tudo o que é trazido por uma determinada época.

No contexto escolar, a dança é um meio ilimitado de aprendizagem, levando o aluno a performances. Ela trabalhará diferenças fundamentais no desenvolvimento humano: o condicionamento físico, a socialização, o equilíbrio, a destreza e a coordenação motora.

Segundo os PCN's – Arte (1997), é importante que o corpo não seja visto como “instrumento” ou “veículo” da dança, como normalmente se pensa e faz. Nosso corpo carrega uma enorme gama de conhecimentos, emoções, comunicação e expressão. Podemos dizer que “o corpo somos nós e nós somos o nosso corpo, o corpo é a dança e a dança é o nosso corpo”.

A dança nos propicia contribuições, tais como as “possibilidades de conhecer, reconhecer, articular e imaginar

a dança em diferentes corpos e, portanto, com diferentes maneiras de viver em sociedade” (PCN - Arte, 1997, p. 72).

Através da dança, o aluno pode reforçar laços de amizade, trabalhar e conhecer o grupo e assim conhecer a si próprio, importando-se com a auto-estima.

Segundo Porcher (1982, p. 161), “os domínios da dança são tão vastos que parece difícil falar da dança na educação sem antes ter indagado qual é o seu lugar na vida, na arte. (...) Dançar é, antes de mais nada, expressar-se através da dança.”

Discutindo agora as Artes Visuais/Plásticas, observamos que nosso mundo caracteriza-se, entre vários aspectos, pela interação com as cores, imagens e luzes. Assim, torna-se necessária uma educação do olhar e da percepção para que o indivíduo possa distinguir os sentimentos e idéias que surgem nas formas e nos ambientes.

De acordo com os PCN's – Arte (1997, p. 63), “educação de artes visuais requer entendimento sobre conteúdos, materiais e técnicas com os quais se esteja trabalhando, assim como a compreensão destes em diversos momentos da história de arte, inclusive a arte contemporânea”.

A escola deve trabalhar com o aluno seus valores estéticos, escolhas artísticas e padrões visuais. Desse modo, ele ampliará seu conhecimento estético e conseguirá posicionar-se criticamente em relação à arte e a fatores sociais que condicionam sua existência.

Através das Artes Visuais/Plásticas, o indivíduo se insere no universo da arte, valorizando e respeitando a produção de artistas de diversas culturas; consegue

ter conhecimento de sua auto-imagem, reinterpretando-a com vistas às suas conquistas pessoais; expressa idéias, emoções, sensações, sensibilidade, por meio de práticas pessoais. É nesse momento que a arteterapia pode se fazer presente, pois, ao produzir artisticamente, seja desenho, pintura, colagem, gravura, construção ou escultura, o aluno consegue expressar-se criativamente, percebendo e buscando soluções para seus conflitos e inseguranças.

No dia-a-dia, o indivíduo está envolto por inúmeras imagens: códigos formados por símbolos ou signos que o afetam e despertam os sentidos, especialmente nosso olhar.

As Artes Visuais/Plásticas possibilitam ao indivíduo o envolvimento e a percepção da vida e do mundo, num processo de construção de conhecimento artístico e cultural associado à ética e à estética.

Nesse sentido, entendemos que as Artes Visuais/Plásticas desempenham um papel importante na vida do aluno/indivíduo, pois são maneiras de expressar emoções, com toque pessoal, além de representar as relações com as coisas, as pessoas, os sentimentos e as emoções contidas no mundo em que vivemos.

Todas essas modalidades de linguagens artísticas são fundamentais para a construção de um cidadão crítico e consciente de seu papel como indivíduo integrante da sociedade.

Que as linguagens artísticas nos permitam manter acesa a imaginação e o sonho, o contato direto com os nossos sentimentos e, acima de tudo, nos permita, enquanto educadores, ter consciência de nosso próprio processo pessoal. ♦

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRÉSCIA, Vera Pessagno. Educação Musical – Bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Editora Átomo / Edições PNA, 2003.
- GOLDSCHMIDT, Lindomar. Sonhar, Pensar e Criar a educação como experiência estética. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2004.
- PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – ARTE - Volume 6. Brasília, MEC, 1997.
- PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – ARTE – 5ª a 8ª séries. Brasília, MEC, 2001.
- PORCHER, Louis. Educação Artística: necessidade ou luxo? 6 ed. São Paulo: Summus, 1982.
- TRIGUEIRO, Durmeval. Realidade, experiência, criação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 59, n. 130, abr/jun. 1973.
- VALADARES, Ana Claudia. O Teatro Terapêutico. Revista Imagens da Transformação. v. 3, nº 3, agosto de 1996.

O CAÇADOR de AVENTURAS

Na cidade de Toboso vivia um homem chamado Alonso Quijano, que na verdade era um rei meio maluquinho. No seu reino era tudo lindo, cheio de ouros, pratas e até diamantes.

Um dia um ladrão veio até seu reino disfarçado de príncipe e roubou todas as riquezas do rei e saiu sem ninguém perceber.

No dia seguinte, o rei acordou e foi ao quarto onde ficavam suas riquezas e viu que não tinha mais nada.

Quando seu povo descobriu, todos ficaram revoltados e foram embora.

O rei ficou triste e solitário.

Como ele gostava muito de ler livros de aventuras inesquecíveis, um dia foi para o quarto de livros e, no caminho, caiu da escada, batendo com a cabeça. Ficou desacordado a noite toda.

No dia seguinte, quando acordou, suas memórias estavam ao contrário.

Pensava que era um cavaleiro. Então foi até o porão e vestiu-se com uma velha armadura, pegou uma lança enferrujada e foi ao celeiro arrumar seu medroso cavalo, batizando-o de Rocinante. E saiu em busca de um fiel escudeiro.

Passou por uma cidade vizinha, dentro da Espanha. E lá encontrou um homem que só aceitou seu pedido de ser escudeiro por dinheiro. Então o homem perguntou a Alonso Quijano:

– Qual é o seu nome?

E, rapidamente, ele inventou:

– Sou Dom Quixote de La Mancha!

Logo em seguida, Dom Quixote perguntou:

– E qual é o seu nome?

O homem respondeu:

– Sou Sancho Pança!

Então, os dois saíram pela Espanha, passando por cidades lindas, cheias de flores e pássaros. No caminho, encontraram um mágico à beira de um rio. E o mágico perguntou:

– Aonde querem ir, cavalheiros?

– Em qualquer lugar que tenha aventuras, disse Dom Quixote.

Então, o mágico os levou para o Brasil!

Ao chegar no Brasil, Dom Quixote se encantou e foi parar na Amazônia. Quase se afogou bem no meio do Rio Amazonas e seu fiel escudeiro o salvou, e ao seu cavalo também.

Dom Quixote entrou na mata e viu onças, macacos, pássaros e até cobras e pensou que eram cipós. E uma cobra quase o picou.

Então chegou Dom Quixote até as ocas dos índios. Ele se impressionou com seus rituais, mas achou que os machucavam e atacou os índios. Só que saiu em desvantagem. Além de apanhar muito, ele saiu correndo das ocas e se escondeu mata adentro. Lá encontrou uma lagoa e, nesta lagoa, havia uma vitória-régia. Ele achou que era a boca do lago e que essa boca iria comê-lo.

Então, ele pegou sua espada e picou a vitória-régia em pedaços.

Depois ele parou e pensou:

– Fiz um dano muito grande à natureza. Irei plantar de volta.

Então, ele plantou a única mudinha que restava da vitória-régia e foi embora, de volta para casa.

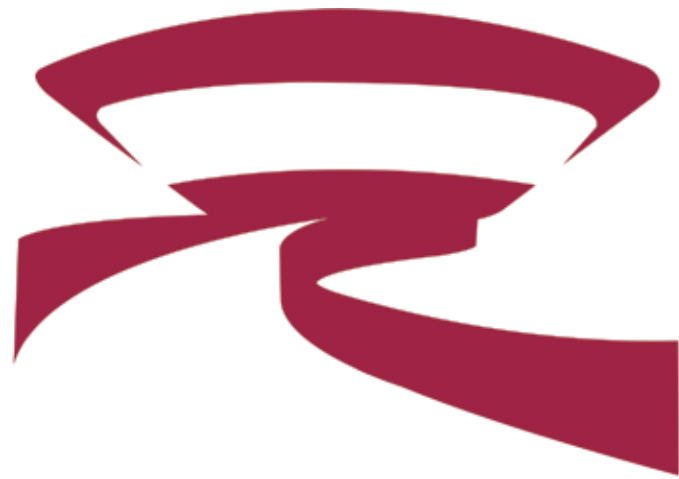
Afinal, foram muitas aventuras por hoje...

E de hoje em diante, Dom Quixote sabe que temos que tomar conta da Floresta Amazônica. ♦

aluno-cidadão

PATRÍCIA C. DUTRA FERREIRA

E. M. Eulália da Silveira Bragança – 11 anos



NITERÓI

PREFEITURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**FUNDAÇÃO
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO**

Escola de Cidadania